

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**  
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES

BRUNA MARQUES SOUZA HENRIQUE

Responsabilidade social corporativa em reservas naturais de iniciativa  
privada: o caso da Votorantim e da Vale

São Paulo

2019

BRUNA MARQUES SOUZA HENRIQUE

Responsabilidade social corporativa em reservas naturais de iniciativa  
privada: o caso da Votorantim e da Vale

Pesquisa de Trabalho de Conclusão de  
Curso apresentada ao Departamento de  
Relações Públicas, Propaganda e Turismo  
da Escola de Comunicações e Artes (ECA)  
da Universidade de São Paulo (USP).

Orientadora: Gleice Regina Guerra

São Paulo

2019

## Resumo

Desde o início do século XX, organizações da iniciativa privada têm se dedicado ao tema de responsabilidade social, envolvendo-se com as comunidades circundantes e proporcionando benefícios para sua qualidade de vida. Ao mesmo tempo, a preocupação em âmbito global com o meio ambiente cresceu de modo considerável, inclusive no setor empresarial. Este projeto trata de responsabilidade social corporativa (RSC) de reservas naturais privadas por meio de um estudo de caso comparativo acerca de duas unidades de conservação, a Reserva Natural da Vale, pertencente à Vale S. A., e o Legado das Águas, pertencente à Votorantim S. A. Na expectativa de analisar reservas com uma atuação exemplar no que diz respeito à RSC, a escolha dessas reservas como objetos de estudo deu-se pela importância das empresas matriz em âmbito nacional e internacional, capacidade de mobilização de recursos e expectativa incidente sobre elas, uma vez que suas principais atividades infligem impacto no meio ambiente. O interesse específico da pesquisa é avaliar como o papel de responsabilidade social de reservas naturais corporativas é exercido. Para isso, foram criados critérios que definem a RSC e averiguado se as reservas selecionadas desempenham ações sociais, por meio de informações recolhidas de *sites* institucionais e entrevistas com gestores das áreas de proteção, discutindo suas ações sociais em suas respectivas comunidades de inserção. O resultado consiste em um novo método de avaliação de RSC em reservas naturais de iniciativa privada e demonstração de desempenho do mesmo pela avaliação da Reserva Natural da Vale e do Legado das Águas.

**Palavras-chave:** Responsabilidade social corporativa, unidades de conservação, reservas naturais corporativas, Legado das Águas, Reserva Natural Vale.

## Sumário

Introdução.....	6
1 Responsabilidade social em reservas corporativas.....	8
1.1 Unidades de conservação.....	8
1.2 Responsabilidade social corporativa.....	13
1.2.1 Tipos de RSC.....	14
1.2.2 Sistemas de avaliação de responsabilidade social corporativa.....	17
2 Procedimentos metodológicos.....	23
3 Objetos de pesquisa.....	25
3.1 Reserva Natural da Vale.....	25
3.1.1 A Vale.....	28
3.1.2 Instituto Ambiental da Vale.....	29
3.1.3 Fundação Vale.....	30
3.2 Legado das Águas.....	31
3.2.1 A Votorantim.....	33
3.2.2 Reservas Votorantim.....	35
3.2.3 Instituto Votorantim.....	36
4 Resultados e discussão.....	39
4.1 Critérios de informações e avaliação.....	39
4.2 Avaliação da RSC.....	46
4.2.1 Accountability.....	47
4.2.2 Gestão interna.....	56
4.2.3 Proteção ambiental.....	59
4.2.4 Expectativas sociais.....	68
4.2.5 Cidadania.....	73
4.2.6 Formação.....	75

4.2.7	Lazer .....	79
4.2.8	Filantropia.....	81
	Considerações finais .....	83
	Referências .....	89

## Lista de abreviaturas e siglas

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
CBA	Companhia Brasileira de Alumínio
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
IAV	Instituto Ambiental da Vale
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
LA	Legado das Águas
NBR	Norma Brasileira
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
RNV	Reserva Natural da Vale
RSC	Responsabilidade social corporativa
RV	Reservas Votorantim
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
VSA	Votorantim Sociedade Anônima

## Lista de Figuras

Figura 1 – Tópicos de análise de RSC, Instituto Ethos .....	20
Figura 2 – Tópicos de análise de gestão de impactos na comunidade e desenvolvimento .....	21
Figura 3 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.....	22
Figura 4 – Desenho escalonar das áreas de proteção.....	26
Figura 5 – Reserva Natural da Vale.....	27
Figura 6 – Fauna nativa .....	27
Figura 7 – Mapa turístico da Reserva Natural da Vale.....	28
Figura 8 – Foto aérea do Legado das Águas .....	32
Figura 9 – Fauna nativa .....	32
Figura 10– Mapa turístico do Legado das Águas, 2019 .....	33
Figura 11 – Fluxo de relações.....	37
Figura 12 – Capas dos relatórios anuais da RNV de 2016 a 2018 .....	48
Figura 13 – ODS em relatório anual.....	49
Figura 14 – Página de acesso aos relatórios anuais do LA.....	51
Figura 15 – Capas dos relatórios anuais do LA de 2015 a 2018 .....	51
Figura 16 – Página no relatório anual de 2018 sobre ODS .....	53
Figura 17 – Página sobre desenvolvimento territorial do <i>site</i> do LA.....	54
Figura 18 – Pilar de restauração ambiental do relatório anual da RNV .....	60
Figura 19 – Mapa de trocas do herbário da RNV/CVRD com outras instituições.....	60
Figura 20 – Página de divulgação e promoção das atividades da RNV .....	62
Figura 21 – Valorização social da biodiversidade RNV .....	63
Figura 22 – Reconhecimento do LA como Posto Avançado da Reserva da Biosfera Mata Atlântica .....	65
Figura 23 – Atividades de educação ambiental .....	67
Figura 24 – Página do case do Ribeirão das Antas.....	71
Figura 25 – Página institucional voltada para o desenvolvimento territorial .....	72
Figura 26 – Divulgação de estágio de férias.....	77
Figura 27 – Atividades de ecoturismo .....	78

## Lista de quadros

Quadro 1 – Critérios avaliativos .....	44
Quadro 2 – <i>Accountability</i> RNV .....	47
Quadro 3 – <i>Accountability</i> , LA.....	50
Quadro 4 – Gestão interna RNV.....	56
Quadro 5 – Gestão interna LA.....	57
Quadro 6 – Proteção ambiental RNV .....	59
Quadro 7 – Proteção ambiental LA .....	64
Quadro 8 – Expectativas sociais RNV .....	68
Quadro 9 – Expectativas sociais LA.....	70
Quadro 10 – Cidadania RNV.....	73
Quadro 11 – Cidadania LA.....	73
Quadro 12 – Formação RNV .....	75
Quadro 13 – Formação LA.....	76
Quadro 14 – Lazer RNV.....	79
Quadro 15 – Lazer LA.....	80
Quadro 16 – Filantropia RNV .....	81
Quadro 17 – Filantropia LA .....	81
Quadro 18 – Avaliação de RSC.....	83

## Introdução

No início do século XX observaram-se movimentações em favor do meio ambiente, com a realização de encontros internacionais e criação de organizações dedicadas à causa (SOUZA, 2013). Entretanto, somente a partir de 1960 houve um processo de conscientização das populações em relação às hostilidades infligidas ao mundo natural. A prioridade até então havia sido o crescimento econômico, propositadamente ou não, em detrimento da natureza (PELLEGRINI FILHO, 1997).

Neste mesmo período, também pôde-se observar o surgimento e amadurecimento do conceito de responsabilidade social corporativa (RSC), que iniciou sua jornada oficial e acadêmica nos Estados Unidos. A popularização do termo RSC teve seu início por volta do meio do século XX, quando houve um reconhecimento no âmbito jurídico de que corresponder às expectativas por dividendos, vindas dos acionistas, não deveriam ser a única demanda a ser atendida pelas corporações (ASHLEY *et al.*, 2005).

Com o intuito de relacionar os temas reservas naturais e RSC, esta pesquisa se propôs a avaliar como as reservas naturais de iniciativa privada cumprem um papel de RSC nas comunidades onde estão inseridas, utilizando com objetos de estudo as reservas de duas grandes mineradoras brasileiras: Votorantim e Vale. Ambas as organizações possuem unidades de conservação ambiental, que desempenham papéis relacionados ao lazer, educação e desenvolvimento turístico das comunidades circundantes. Objetivando verificar como as reservas escolhidas exercem atividades de RSC nas comunidades circundantes, de forma conjunta às demandas ambientais, esta pesquisa desenvolveu critérios, a partir de referencial teórico, que avaliaram os aspectos de *accountability*, gestão interna, preservação ambiental, expectativas sociais, cidadania, formação, lazer e filantropia.

O primeiro capítulo deste trabalho apresenta uma revisão bibliográfica sobre unidades de conservação, abordando eventos mundiais e regulamentações brasileiras. Levanta também trabalhos sobre RSC, abordando conceituações e métodos avaliativos do Brasil ou internacionais. Os métodos descritos são do Institutos Ethos, ABNT e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS-ONU).

O segundo capítulo trata de procedimentos metodológicos usados para o estudo, detalhando a escolha da abordagem teórica utilizada para a análise dos resultados, a utilização de fontes para elaboração dos critérios, avaliação dos critérios e ferramentas de pesquisa utilizadas.

Em seguida, o terceiro item trata da Reserva Natural da Vale, contextualizando a reserva e os empreendimentos que se configuram como organizações satélites, dentro desta pesquisa. O quarto item fala sobre a reserva Legado das Águas, também contextualizando o objeto e suas organizações satélites.

O quinto capítulo apresenta, de forma comparativa, a discussão dos resultados obtidos pelas ferramentas de pesquisa.

E então são dispostas as considerações finais, que por sua vez abrangem as dificuldades encontradas neste processo, os critérios desenvolvidos durante a pesquisa e a avaliação das ações de RSC de cada reserva, expostas de forma descritiva e comparativa.

## 1 Responsabilidade social em reservas corporativas

Este capítulo divide-se em dois tópicos, que consistem na revisão bibliográfica acerca dos temas de unidade de conservação e de responsabilidade social corporativa. No tópico que aborda a RSC existe um primeiro item que corresponde às várias divisões que há na literatura sobre as teorias e abordagens de RSC. O segundo item é relacionado aos sistemas de avaliação de RSC, de acordo com as fontes estudadas: Instituto Ethos; ABNT; ODS (ONU).

### 1.1 Unidades de conservação

Durante as décadas que seguiram o final da Segunda Grande Guerra, as autoridades globais e o público puderam observar acontecimentos climáticos e ambientais decorrentes do desequilíbrio entre atividade humana e natureza, evidências dos efeitos colaterais do fortalecimento da indústria de substâncias químicas (BORELLI, 2011). Alguns exemplos são a Great Smog, que assolou Londres durante cinco dias de 1952 e o Mar de Aral, o maior lago do mundo, que se reduziu significativamente na década de 1960.

No ano de 1971, a UNESCO lançou o programa O Homem e a Biosfera (MaB)<sup>1</sup>, que tem como objetivo a melhoria do relacionamento entre sociedade e meio ambiente, combinando as ciências naturais e sociais. Uma das iniciativas desse programa foi a constituição da Rede Mundial de Reservas da Biosfera, reservas que correspondem a áreas de ecossistemas terrestre, marinhos e costeiros que cumprem uma série de critérios, como: possuir importância para a conservação da diversidade biológica; conter sistemas ecológicos representativos de regiões biogeográficas importantes; compreender a intervenção humana de forma progressiva; ter possibilidade de demonstrar seus métodos de desenvolvimento sustentável em escala regional (UNESCO, 2019). Atualmente, essa Rede tem aproximadamente 700 recortes territoriais no globo terrestre, incluindo zonas fronteiriças. O Brasil conta com sete categorias de Reservas da Biosfera, sendo elas: Mata Atlântica e Cinturão Verde da Cidade de São Paulo; Cerrado;

---

<sup>1</sup> Do inglês The Man and the Biosphere Programme (MaB).

Pantanal; Caatinga; Amazônia Central; Serra do Espinhaço; Cinturão Verde da Cidade de São Paulo (UNESCO, 2019).

Já em 1972, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, conhecida como ECO-72, foi a primeira grande reunião de chefes de estado organizada pela ONU e um importante marco no processo de compreensão do estado da natureza e das consequências de sua degradação. Nos anos que se seguiram, foram realizados diversos encontros de âmbito internacional sobre meio ambiente, onde estabeleceram-se parcerias, mercados e acordos (PELLEGRINI FILHO, 1997)

Em 1984, foi criada a União Internacional para Conservação da Natureza (IUCN), autoridade global no que diz respeito ao mundo natural e medidas que devem ser tomadas para sua proteção. Segundo a IUCN, uma área protegida corresponde a

[...] um espaço geográfico definido, reconhecido, dedicado e gerenciado, por meios legais ou outros meios efetivos, para alcançar a conservação de longo prazo da natureza com serviços ecossistêmicos associados e valores culturais (IUCN, 2019).

Quando a Organização das Nações Unidas (ONU) firmou o Protocolo de Kyoto, em 1997, responsabilizando os países participantes pela redução de gases causadores do efeito estufa, abriu-se a oportunidade de exploração de um novo mercado: créditos de carbono (PROTOCOLO..., 1997). Como os países signatários assumiram a responsabilidade, mas não lhes foi exigido nenhum conjunto de normas para que os objetivos fossem alcançados, a comercialização dos créditos de carbono se tornou uma realidade vantajosa para empresas brasileiras detentoras de grandes extensões de terra preservada.

Em dezembro de 2015 foi aprovado o Acordo de Paris, com o objetivo de conter o aquecimento da temperatura média global em até 2 °C, limitando os riscos e efeitos de mudança climática. Em seu Artigo 6º foi estabelecida uma estrutura para o mercado global de carbono que, embora seja atuante, não é regulamentado ou fiscalizado (ACORDO..., 2015).

No Brasil, o tema da preservação ambiental passou a ser discutido na década de 1970, mas a conscientização dos problemas ambientais ocorreu somente na década seguinte,

mobilizando agentes midiáticos e campanhas políticas. Em 1988 houve o estabelecimento de proteção a algumas áreas, entretanto a dificuldade para cumprir esse propósito foi notória. Contudo, o evento da ECO-92 impeliu as autoridades à concretização de determinadas ações voltadas para o tema, fato que não ocorreria se não fosse pelo caráter da referida conferência (PELLEGRINI FILHO, 1997).

Embora tenham havido dificuldades no estabelecimento de novas diretrizes ambientais, em janeiro de 1983 o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) determinou, por meio da Resolução 001/1983 que o licenciamento de atividades modificadoras do meio ambiente<sup>2</sup> dependeria da elaboração de um Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e do seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), que seriam submetidos à aprovação do órgão estadual competente e do IBAMA (CONAMA, 1983). O EIA deve seguir as seguintes diretrizes gerais: contemplar as alternativas tecnológicas de localização do projeto; identificar e avaliar os impactos ambientais gerados nas fases de implantação e operação; definir limites da área geográfica a ser impactada direta ou indiretamente pela atividade; considerar planos e programas governamentais, propostos e em implantação na área de influência do projeto, e sua compatibilidade (RESOLUÇÃO CONAMA 001, 1983, s/p). O RIMA, por sua vez, deve conter as seguintes informações: objetivos e justificativas do projeto, sua relação e compatibilidade com as políticas setoriais, planos e programas governamentais; descrição do projeto e suas alternativas tecnológicas e locacionais; descrição dos prováveis impactos ambientais da implantação e operação da atividade; caracterização da qualidade ambiental futura da área de influência, comparando as diferentes situações da adoção do projeto e suas alternativas; descrição do efeito esperado das medidas mitigadoras previstas em relação aos impactos negativos; programa de

---

<sup>2</sup> Entre as atividades descritas na Resolução estão: estradas de rodagem com duas ou mais faixas de rolamento; ferrovias; portos e terminais de minério, petróleo e produtos químicos; aeroportos; oleodutos, gasodutos, minerodutos, troncos coletores e emissários de esgotos sanitários; linhas de transmissão de energia elétrica, acima de 230KV; obras hidráulicas para exploração de recursos hídricos; extração de combustível fóssil; extração de minério; aterros sanitários; usinas de geração de eletricidade, qualquer que seja a fonte de energia primária, acima de 10MW; complexo e unidades industriais e agroindustriais; distritos industriais e zonas estritamente industriais (ZEI); exploração econômica de madeira ou de lenha; projetos urbanísticos, acima de 100 ha ou em áreas consideradas de relevante interesse ambiental a critério da SEMA e dos órgãos municipais e estaduais competentes; qualquer atividade que utilize carvão vegetal, em quantidade superior a dez toneladas por dia.

acompanhamento e monitoramento dos impactos; recomendação quanto à alternativa mais favorável (CONAMA, 1983).

Em 2000, foi instituído o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) como uma chance de articular o processo de conservação ambiental entre as unidades de conservação (MMA, 2019). Gerido nas esferas federal, estadual e municipal, alguns dos objetivos do SNUC são: proteção de espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional; contribuição para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais; promoção do desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais; favorecimento à educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico (SNUC, 2000). O SNUC conta com o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) e o Ministério do Meio Ambiente (MMA), para as funções de órgão consultivo e deliberativo e órgão central, respectivamente. Além desses, os órgãos com função executiva do SNUC são o Instituto Chico Mendes e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), com o dever de implementar o referido sistema, subsidiar as propostas de criação e administrar as unidades de conservação federais, estaduais e municipais (SNUC, 2000).

Segundo a Lei 9.985, responsável pela instituição do SNUC, são definidos dois tipos de unidade de conservação que podem fazer parte desse sistema, sendo elas unidades de proteção integral, cujo objetivo é preservar a natureza admitindo apenas o uso indireto de seus recursos naturais; e unidades de uso sustentável, cujo objetivo é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de uma parte dos seus recursos naturais (SNUC, 2000, s/p).

Dentre suas subdivisões, é possível identificar a categoria de Área de Proteção Ambiental (APA), inserida no grupo de unidades de uso sustentável, como melhor representante do caráter das reservas Legado das Águas e Reserva Natural da Vale. Além das áreas de conservação caracterizadas como APA possuem poucas restrições de uso, são inclusos os aspectos abióticos, estéticos e culturais, não é exigida a perpetuidade da manutenção do estado de área de preservação (como é exigida no caso da Reserva Privada de Patrimônio Natural - RPPN) e prevê-se o processo de ocupação

do espaço, sustentabilidade de uso dos recursos e proteção da biodiversidade. No Artigo 15, a APA é definida como:

[...] uma área em geral extensa, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais (SNUC, 2000, Art. 15).

Desde que os limites constitucionais sejam respeitados, a gestão das reservas (públicas ou privadas) tem autonomia para estabelecer normas para utilização da propriedade e condições para pesquisa e visitação, deve dispor de um conselho que seja presidido pelo responsável administrativo da área, e que contenha em sua formação representantes do poder público e sociedade civil (SNUC, 2000, s/p).

Durante este levantamento não foram encontrados registros de cadastros das reservas Legado das Águas e Reserva Natural da Vale, no SNUC ou em outro sistema pertencente a órgãos públicos de quaisquer instâncias.

## 1.2 Responsabilidade social corporativa

O tema da RSC foi tangenciado por Henry Ford, em 1916, quando ao alegar a criação de um fundo de reservas, capacitação e aumento de salário para os funcionários, deixou de repassar os dividendos para os acionistas da Ford Motor Company. Ao contrariar as pretensões dos acionistas John e Horace Dodge, Ford teve uma ação movida contra sua companhia, que a levou em julgamento em 1919. Justificando que a empresa tem sua existência fundamentada no oferecimento de benefícios para seus acionistas, e que a tomada de decisões da direção corporativa não deve comprometer esse primeiro dever, a Suprema Corte de Michigan favoreceu os Dodge, autores da ação (ASHLEY *et al.*, 2005). Passados os momentos da Grande Depressão e da Segunda Guerra Mundial, o conceito de que as organizações devem responder exclusivamente aos seus acionistas começou a ser criticado e, no cenário de expansão corporativa que foi decorrente desses grandes eventos, as cortes norte-americanas começaram a favorecer ações filantrópicas corporativas (ASHLEY *et al.*, 2005).

Essa mudança de paradigma fez com que a filantropia fosse vista como uma ação legítima da empresa, o que motivou defensores da RSC a argumentarem sobre a legitimidade de outras ações que priorizavam objetivos sociais. Essa discussão se espalhou pelos Estados Unidos e seguiu para a Europa na década de 1960 (ASHLEY *et al.*, 2005).

No Brasil, a Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas (ADCE) surgiu na década de 1970 e pretendia impulsionar o debate sobre o balanço social, que se trata de um demonstrativo das atividades da empresa, que intenta mostrar para os *stakeholders* o desempenho da organização em determinado período. Ao tratar deste assunto, o tema da responsabilidade social era tangenciado, e assim passou a direcionar seminários, congressos e outros eventos. A partir de 1990, o surgimento de entidades e premiações voltadas para essa área ilustra a difusão do tema da RSC no cenário brasileiro. Algumas das organizações dirigidas para o tema são: Instituto Ethos; Núcleo de Ação Social; Instituto de Cidadania Empresarial; Selo Empresa Cidadã; Prêmio Eco; Prêmio Balanço Social (ASHLEY *et al.*, 2005).

Entre diversos conceitos acerca do tema RSC, a afirmativa de Kreitlon (2004) que refere-se ao reconhecimento da empresa em relação aos impactos de suas atividades, administração dos efeitos econômicos, sociais e ambientais e diálogo entre os agentes interessados é uma ilustração pertinente ao recorte desta pesquisa, uma vez que o segmento de responsabilidade social pesquisada foi a RSC desempenhada pela corporação para a comunidade.

Para Carroll (1979), a “responsabilidade social de uma empresa engloba as expectativas econômicas, legais, éticas e filantrópicas que uma sociedade tem das organizações em um determinado momento.” Já para Kotler e Lee (2005, p3), a RSC trata-se de um “Um compromisso para melhorar o bem-estar da comunidade passa por práticas discricionárias de negócios e contribuição de recursos corporativos.”

No próximo item serão dispostas as formas de RSC, oferecendo um carácter mais aplicável ao conceito explicado. Embora, sempre serão abordados os aspectos comunidade, qualidade de vida, colaboração e bem social.

### 1.2.1 Tipos de RSC

Garriga e Melè estabelecem quatro abordagens teóricas de RSC: teoria integrativa, teoria ética, teoria política e teoria instrumental. A teoria integrativa enxerga a RSC como necessária para suprimir demandas da comunidade, onde a empresa percebe deficiências no funcionamento da comunidade e deve sugerir uma solução, identificando, analisando e oferecendo uma devolutiva das demandas comunitárias que apresentem legitimidade, aceitação e prestígio (GARRIGA e MELÈ, 2014).

Na categoria de teoria instrumental, a RSC relaciona-se com o alcance de objetivos econômicos e criação de riquezas dos *stakeholders*, enxergando a instituição como um meio para atingir avanços econômicos. São três linhas de ação escolhidas, dependendo do objetivo econômico da organização. A primeira é referente à maximização de lucros dos acionistas, a segunda diz respeito ao alcance de vantagens estratégicas, que futuramente resultem em lucro, e a terceira descreve uma ação de marketing formulada e implementada pela organização, que realiza uma contribuição financeira para determinada causa que satisfaça seus acionistas (GARRIGA e MELÈ, 2004).

A teoria política é pertinente ao contato entre corporação, poder público e/ou cidadãos, havendo o conceito de corporação constitucionalista, que encara a organização como uma instituição com poder social e com alcance no seu ambiente interno e externo, podendo impactar os âmbitos econômico, social e político. Também há o conceito de corporação cidadã que, para os autores, convergiu para o estabelecimento de parcerias comerciais locais, formalizando a intenção da empresa de melhorar aspectos comunitários e do meio ambiente (GARRIGA e MELÈ, 2004).

A teoria ética refere-se aos conceitos éticos estabelecidos pela comunidade e pela empresa, que serve como fator orientador para as corporações em suas ações de responsabilidade para com a sociedade, sendo que a organização deve equilibrar sua atenção de forma simultânea entre todas as partes interessadas, respeitando os direitos humanos, desenvolvimento sustentável e o bem comum (GARRIGA e MELÈ, 2004).

Nas leituras de Carroll, pode-se visualizar a RSC em uma pirâmide, cuja base tem a responsabilidade econômica, seguida pela responsabilidade legal, então a responsabilidade ética e por fim a responsabilidade filantrópica. Na base da pirâmide, a organização deve se estruturar de forma consistente para maximizar seu lucro, manter uma posição competitiva, eficiência operacional e ser consistentemente rentável (CARROLL, 1991).

Após firmar seu compromisso com os objetivos econômicos, a organização se ajusta às obrigações legais, onde cumpre com as normais federais, estaduais e locais, executa sua função de acordo com as expectativas da lei e oferece bens e produtos que atendam a requisitos legais mínimos. Depois, é-se firmado um contrato ético entre a organização e a sociedade, onde a empresa deve operar de maneira concordante com as expectativas dos costumes e normas sociais, respeitar a ética e moral dentro da sua evolução, cuidar para que os componentes éticos não entrem em conflito com os compromissos assumidos anteriormente pela organização, e compreender que a ética vai além da formalidade das leis e regulamentos (CARROLL, 1991).

No topo da pirâmide encontra-se a responsabilidade filantrópica, onde os gerentes e funcionários participam de atividades voluntárias nas comunidades locais, a organização presta assistência à instituições educacionais privadas e públicas, presta-se apoio às

artes performáticas, ajudar projetos que objetivam a melhora da qualidade de vida da comunidade (CARROLL, 1991).

Outro estudo exhibe seis iniciativas que corporações podem ter em relação ao tema. Segundo Kotler e Lee (2005), as seis opções para fazer o bem<sup>3</sup> são: a promoção de causa, marketing relacionado a causas, marketing social corporativo, filantropia corporativa, voluntariado comunitário e práticas comerciais responsáveis (KOTLER e LEE, 2005).

A promoção de causa é reconhecida quando determinada corporação fornece recursos financeiros ou outros, apoia a captação de recursos, participa ou faz recrutamento voluntário, com o intuito de conscientizar a população sobre uma causa social. A empresa pode ser a produtora da ação, ser uma grande parceira ou ainda ser uma das várias patrocinadoras.

A segunda opção, marketing relacionado à causa, se caracteriza quando uma organização realiza uma contribuição ou doa uma parte de sua receita com base nas suas vendas, para uma causa específica. Essa ação costuma durar certo período de tempo, para produto e instituição específicos, com estabelecimento de parceria com uma organização sem fins lucrativos (KOTLER e LEE, 2005).

O marketing social corporativo é correspondente ao apoio da organização ao desenvolvimento e/ou implementação de uma campanha de mudança de comportamento, podendo realizar essa ação autonomamente ou estabelecendo parcerias, sejam elas com o setor público ou organizações sem fins lucrativos. Os temas trabalhados nessas iniciativas geralmente estão relacionados ao meio ambiente, segurança, saúde e bem-estar.

Por sua vez, a filantropia corporativa indica a contribuição direta da organização para uma instituição de caridade ou para alguma causa, essa contribuição por vezes ocorre de forma financeiramente, por doações ou prestação de serviços (KOTLER e LEE, 2005).

---

<sup>3</sup> Do inglês Six options for doing good.

O voluntariado comunitário ocorre quando há apoio ou incentivo da empresa para que seus funcionários, parceiros ou membros de franquias realizem trabalhos voluntários em seu tempo livre, para que apoiem organizações e causas da comunidade em que estão inseridos. Esta atividade pode ser desempenhada por iniciativa dos funcionários ou ser construída em parceria com organizações sem fins lucrativos.

A sexta e última opção colocada pelos autores é a prática comercial socialmente responsável, onde a empresa adota e conduz práticas comerciais e investimentos que apoiam causas com o intuito de melhoria do bem-estar da comunidade e proteção do meio ambiente. As atividades podem ser exercidas pela própria organização ou em parcerias com outras empresas (KOTLER e LEE, 2005).

#### 1.2.2 Sistemas de avaliação de responsabilidade social corporativa

No âmbito das certificações de empresas quanto ao seu desempenho social, em 1997 foi criada a SA 8000, pelo The Council Economic Priorities Accreditation Agency (Cepaa), com o intuito de certificar que as atividades executadas pela empresa avaliada não infligem prejuízos de ordem antissociais. Dois anos mais tarde foi lançada a AA 1000, que abrange uma avaliação mais ampla e o monitoramento da relação entre empresa e comunidade, cuja autoria é do Institute of Social and Ethical Accountability (TACHIZAWA, 2011).

No ano de 2010, em Genebra, foi publicada a norma da International Organization for Standardization (ISO) 26.000 – Diretrizes sobre Responsabilidade Social. No Brasil, essa norma chegou um mês depois e foi lançada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas e Norma Brasileira como ABNT NBR ISO 26.000. Segundo o documento internacional,

[...] a responsabilidade social se expressa pelo desejo e pelo propósito das organizações em incorporarem considerações socioambientais em seus processos decisórios e a responsabilizar-se pelos impactos de suas decisões e atividades na sociedade e no meio ambiente. Isso implica um comportamento ético e transparente que contribua para o desenvolvimento sustentável, que esteja em conformidade com as leis aplicáveis e seja consistente com as normas internacionais de comportamento. Também implica que a responsabilidade social esteja integrada em toda a organização, seja praticada em suas relações e leve

em conta os interesses das partes interessadas (INMETRO, 2019).

À luz da ISO 26.000, foi publicada em 2004 a ABNT NBR 16.001 – Responsabilidade Social – Sistemas de Gestão, que oferece um sistema de gestão de responsabilidade social. Nessa formulação foram estipuladas metas para serem cumpridas pelas empresas no exercício de suas atividades no referido âmbito. Em 2012 houve a revisão dessa norma, que passou a contemplar os seguintes pontos:

- responsabilização (*accountability*): condição de responsabilizar-se por decisões e atividades e de prestar contas dessas decisões e atividades aos órgãos de governança, autoridades legais e às partes interessadas da organização;
- transparência: fraqueza sobre decisões e atividades que afetam a sociedade, a economia e ao meio ambiente e a disposição de comunicá-las de forma clara, precisa, tempestiva, honesta e completa;
- comportamento ético: comportamento que esteja de acordo com os princípios aceitos de uma conduta moral e correta no contexto de uma situação específica e que seja consistente com as normas internacionais de comportamento;
- respeito pelos interesses das partes interessadas (*stakeholders*): Ouvir, considerar e responder aos interesses das pessoas ou grupos que tenham interesse em qualquer decisão ou atividade da organização ou por ela possam ser afetados;
- atendimento aos requisitos legais e outros requisitos subscritos pela organização: (cumprimento da lei e outros requisitos);
- respeito pelas normas internacionais de comportamento: comportamento organizacional socialmente responsável, oriundos do direito internacional consuetudinário, dos princípios geralmente aceitos de leis internacionais e ou de acordos intergovernamentais que sejam universalmente ou praticamente universalmente reconhecidos;
- direitos aos humanos: Reconhecer a importância e a universalidade dos direitos humanos, cuidando para que as atividades da organização não os agridam direta ou indiretamente, zelando pelo ambiente econômico, social e natural que necessitam.

Posteriormente também foram criadas a NBR 16.002 – Responsabilidade Social – Sistemas de Gestão – Qualificação de Auditores, com o intuito de oferecer orientações para auditores que sigam os moldes da NBR 16.001, e a NBR 16003 – Responsabilidade Social – Sistemas de Gestão – Execução de Auditorias, que pretende orientar a execução de auditorias que sigam os moldes da NBR 16.003 (MELO e GOMES, 2006).

Em 2010, seis anos após a publicação da ANBT NBR 16.001, foi criado o Programa Brasileiro de Certificação em Responsabilidade Social (PBCRS), cujo responsável pela gestão e definição dos critérios de certificação é o Instituto Nacional de Metrologia (Inmetro), função exercida de forma a atender as normas técnicas estabelecidas pela ABNT. O Inmetro também é responsável pela acreditação das certificadoras do referido programa. Atualmente, a principal referência para o programa tem sido a norma ABNT NBR 16.001 (INMETRO, 2019).

No Brasil, também há organizações que oferecem métodos de avaliação de desenvolvimento de medidas de responsabilidade social, uma delas é o Instituto Ethos, que em 2016 participou da premiação “Líderes da Saúde”, promovida pelo Grupo Mídia, e foi ganhador na categoria Responsabilidade Socioambiental. Fundado em 1998, o Instituto Ethos tem o intuito de auxiliar empresas a trilhar o caminho da responsabilidade social. Sua missão se resume em “mobilizar, sensibilizar e ajudar empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade sustentável e justa (INSTITUTO ETHOS)”.

Uma das ações desenvolvidas pelo Ethos é o sistema de avaliação de responsabilidade social desempenhado pela empresa, que conta com um questionário dividido em quatro dimensões: Visão e Estratégia; Governança e Gestão; Social; Ambiental. Essas dimensões são divididas em temas, que são divididos em subtemas que, por fim, são divididos em indicadores, como pode-se observar na Figura 1.

Figura 1 – Tópicos de análise de RSC, Instituto Ethos

Dimensão	Tema	Subtema	Nº	Indicador	
Visão e Estratégia	Visão e Estratégia	Visão e Estratégia	1	Estratégias para a sustentabilidade	
			2	Proposta de Valor	
			3	Modelo de Negócios	
Governança e Gestão	Governança Organizacional	Governança e Conduta	4	Código de Conduta	
			5	Governança da Organização (empresas de capital aberto/fechado)	
			6	Compromissos Voluntários e Participação em Iniciativas de RSE/ Sustentabilidade	
		Prestação de Contas	7	Engajamento das Partes Interessadas	
			8	Relações com Investidores e relatórios financeiros	
			9	Relatos de Sustentabilidade e Relatos Integrados	
			10	Comunicação com Responsabilidade Social	
			Práticas de Operação e Gestão	11	Concorrência Leal
				12	Práticas Anticorrupção
	14	Envolvimento no Desenvolvimento de Políticas Públicas			
	Sistemas de Gestão	15		Gestão Participativa	
		16		Sistema de Gestão Integrado	
		17		Sistema de Gestão de Fornecedores	
		18	Mapeamento dos Impactos da Operação e Gestão de Riscos		
		19	Gestão da RSE/ Sustentabilidade		
	Social	Direitos Humanos	Situações de Risco para os Direitos Humanos	20	Monitoramento de Impactos do Negócio nos Direitos Humanos
				21	Trabalho Infantil na Cadeia de Suprimentos
				22	Trabalho Forçado (ou Análogo ao Escravo) na Cadeia de Suprimentos
		Práticas de Trabalho	Ações Afirmativas	23	Promoção da Diversidade e Equidade
Relações de Trabalho				24	Relação com Empregados (Efetivos, Terceirizados, Temporários ou Parciais)
				25	Relações com Sindicatos
			Desenvolvimento Humano, Benefícios e Treinamento	26	Remuneração e Benefícios
27				Compromisso com o Desenvolvimento Profissional	
28				Comportamento frente a Demissões e Empregabilidade	
29		Saúde e Segurança dos Empregados			
Questões relativas ao consumidor		Saúde e Segurança no Trabalho e Qualidade de Vida	30	Condições de Trabalho, Qualidade de Vida e Jornada de Trabalho	
			31	Relacionamento com o Consumidor	
		Respeito ao Direito do Consumidor	32	Impacto decorrente do Uso dos Produtos ou Serviços	
			33	Estratégia de Comunicação Responsável e Educação para o Consumo Consciente	
Envolvimento com a comunidade e seu desenvolvimento		Consumo Consciente	34	Gestão dos Impactos da Empresa na Comunidade	
			35	Compromisso com o Desenvolvimento da Comunidade e Gestão das Ações Sociais	
		Gestão de Impactos na Comunidade e Desenvolvimento	36	Apoio ao Desenvolvimento de Fornecedores	
	Ambiental		Meio Ambiente	Mudanças Climáticas	37
38		Adaptação às Mudanças Climáticas			
39		Sistema de Gestão Ambiental			
Gestão e Monitoramento dos Impactos sobre os Serviços Ecosistêmicos e a Biodiversidade		40		Prevenção da Poluição	
		41		Uso Sustentável de Recursos: Materiais	
		42		Uso Sustentável de Recursos: Água	
		43		Uso Sustentável de Recursos: Energia	
		44		Uso Sustentável da Biodiversidade e Restauração dos Habitats Naturais	
		45		Educação e Conscientização Ambiental	
		Impactos do Consumo		46	Impactos do Transporte, Logística e Distribuição
				47	Logística Reversa

Fonte: Instituto Ethos, 2019.

Cada indicador possui critérios de análise, por exemplo, no indicador “Gestão dos Impactos na Comunidade” são avaliados os seguintes critérios: cumprimento e/ou tratativa inicial; iniciativas e práticas; políticas, procedimentos e sistemas de gestão; eficiência; protagonismo. Cada critério possui um número de variáveis a serem compreendidas pelas ações da empresa, que podem ser observadas na Figura 2.

Figura 2 – Tópicos de análise de gestão de impactos na comunidade e desenvolvimento

Social > Envolvimento com a comunidade e seu desenvolvimento >  
Gestão de Impactos na Comunidade e Desenvolvimento

34

B  
E  
A

Gestão dos Impactos na Comunidade

<b>ESTÁGIO 1</b>	<b>CUMPRIMENTO E/OU TRATATIVA INICIAL</b>	<b>sim</b>	<b>não</b>	
A empresa procura contemplar medidas reparadoras nas respostas que fornece às reclamações e manifestações da comunidade onde se encontra inserida e/ou realiza suas operações.	34.1.1 A empresa busca o relacionamento pontual com a comunidade e evita causar transtornos com sua operação.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	
	34.1.2 A empresa procura responder a todas as reclamações e manifestações da comunidade que são motivadas por seus impactos.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	
<b>ESTÁGIO 2</b>	<b>INICIATIVAS E PRÁTICAS</b>	<b>sim</b>	<b>não</b>	
A empresa mapeou os impactos gerados na comunidade do entorno resultantes de suas atividades e implantou uma estrutura apta para registrar reclamações e oferecer respostas e informações às lideranças e/ou moradores locais sobre as providências tomadas.	34.2.1 A empresa elabora estudos que mostram com maior abrangência possível quais são seus impactos nas comunidades do entorno.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	
	34.2.2 A empresa possui iniciativas que visam eliminar impactos negativos para a população do entorno causados por quaisquer processos de produção, produtos ou serviços fornecidos pela organização.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	
<b>ESTÁGIO 3</b>	<b>POLÍTICAS, PROCEDIMENTOS E SISTEMAS DE GESTÃO</b>	<b>sim</b>	<b>não</b>	
A empresa sedimentou política de relacionamento com as comunidades do entorno, obrigando-se a comunicar antecipadamente possível ocorrência de eventos críticos e mudanças na sua estrutura de operação. Para tanto, monitora periodicamente os indicadores de impacto na comunidade e adota medidas para melhoria contínua de seu desempenho, mantendo um ou vários canais de diálogo abertos, por meio dos quais comunica os resultados das consultas às partes afetadas.	34.3.1 Em seu código de conduta e/ou na declaração de valores a empresa considera a comunidade do entorno como uma parte interessada-chave.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	
	34.3.2 A empresa dispõe de uma política formalizada de relacionamento com as comunidades no entorno das suas operações que a obriga a comunicar eventos críticos e mudanças na estrutura de operação.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	
	34.3.3 A empresa monitora periodicamente os indicadores de impacto na comunidade e toma medidas para melhoria contínua de seu desempenho.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	
	34.3.4 A empresa mantém um ou vários canais de diálogo com a comunidade e comunica os resultados das consultas às partes afetadas.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	
	34.3.5 A empresa treina seus empregados para respeitar os valores, conhecimentos e práticas tradicionais da comunidade em que atua.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	
<b>ESTÁGIO 4</b>	<b>EFICIÊNCIA</b>	<b>sim</b>	<b>não</b>	
A empresa diversifica sua atuação na comunidade pela forma como se engaja nas questões ligadas ao seu desenvolvimento econômico, social e/ou cultural, como, por exemplo, implementando mecanismos que minimizem os impactos no tráfego gerado pelas suas atividades; promovendo melhorias na infraestrutura ou ambiente local; empregando, preferencialmente, a mão de obra local nos postos de trabalho criados; e participando ativamente da discussão sobre os problemas comunitários e suas soluções.	34.4.1 A empresa tem mecanismos que minimizam o impacto do tráfego gerado por todas as suas atividades, tanto no transporte e logística de seus produtos e serviços, como na mobilidade urbana.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	
	34.4.2 A empresa contribui com melhorias na infraestrutura ou no ambiente local que possam ser usufruídas pela comunidade (habitações, estradas, escolas, creches, hospitais etc.).	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	
	34.4.3 A empresa busca empregar o maior número de moradores do local em que está inserida, dando-lhes formação, com o objetivo de aumentar os níveis de qualificação daquela comunidade.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	
	34.4.4 A empresa participa ativamente da discussão de problemas comunitários e do encaminhamento de soluções.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	
	34.4.5 A empresa é mantenedora ou participa ativamente em uma instituição que busca investir no crescimento e bem-estar da comunidade.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	
<b>ESTÁGIO 5</b>	<b>PROTAGONISMO</b>	<b>sim</b>	<b>não</b>	<b>n/a</b>
A empresa disponibiliza para a comunidade externa dados relevantes sobre seu desempenho (econômico, social e ambiental), além de influenciar a sua cadeia de valor no desenvolvimento da gestão participativa.	34.5.1 A empresa engaja as comunidades quanto aos termos e condições de novos empreendimentos.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	34.5.2 A empresa mantém um comitê com representantes seus e dos moradores da comunidade onde está inserida que se reúne regularmente e cujas discussões e decisões são encaminhadas à alta administração.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

A empresa tem uma prática que não está contemplada nestas questões binárias que justifica a escolha do estágio? Em caso positivo, descrever:

A empresa não se identifica em nenhum estágio.

Este indicador não tem aplicação na empresa. Justificar:

Fonte: Instituto Ethos, 2017.

Um assunto ligado à responsabilidade social do empresariado é o desenvolvimento sustentável. Neste aspecto, tem-se os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), fornecidos pela ONU em 2015. São 17 objetivos, como pode-se observar na Figura 3, que constituem uma agenda de ações a serem efetivadas até 2030.

Figura 3 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Fonte: ONU Brasil, 2019.

Os objetivos estabelecidos são descritos pelos seguintes tópicos:

- Erradicação da pobreza.
- Fome zero e agricultura sustentável.
- Saúde e bem-estar.
- Educação de qualidade.
- Igualdade de gênero.
- Água potável e saneamento.
- Energia limpa e acessível.
- Trabalho decente e crescimento econômico.
- Indústria, inovação e infraestrutura.
- Redução das desigualdades.
- Cidades e comunidades sustentáveis.
- Consumo e produção responsáveis.
- Ação contra a mudança global do clima.
- Vida na água.
- Vida terrestre.
- Paz, justiça e instituições eficazes.
- Parcerias e meios de implementação.

(ONU BRASIL,2019).

## 2 Procedimentos metodológicos

Entende-se por procedimentos metodológicos o conjunto de passos elaborados de forma sistemática e racional que permita o alcance do objetivo do estudo, identificando erros e amparando as decisões do pesquisador (MARCONI e LAKATOS, 2003).

De caráter exploratório, este estudo buscou uma aproximação com o tema de RSC em reservas naturais privadas, usando, para tanto, o estudo de caso de duas propriedades corporativas. O conceito de estudo de caso aplicado foi baseado em Yin (1994). Segundo ele, estudo de caso é uma estratégia muito escolhida quando a questão da pesquisa é do tipo “como” e “por que”, o pesquisador não tem controle sobre os acontecimentos e o ponto principal são eventos inseridos em algum aspecto da vida real. Ainda segundo Yin, “[...] o poder diferenciador do estudo de caso é a sua capacidade de lidar com uma ampla variedade de evidências – documentos, artefatos, entrevistas e observações [...] (YIN, 1994, p. 25)”.

Levando em consideração as estratégias particulares do estudo de caso e sua possibilidade de abranger evidências de diversas fontes, elegeu-se essa estratégia para realização da pesquisa aqui proposta. Foram escolhidas duas reservas naturais pertencentes a grupos distintos no cenário empresarial brasileiro, com relevância no contexto nacional e internacional, buscando seus caracteres, atuação, envolvimento com as comunidades circundantes e papel enquanto reservas naturais.

A Reserva Natural da Vale (pertencente ao Grupo Vale) e o Legado das Águas (pertencente ao Grupo Votorantim), eleitos como objetos de pesquisa, foram estudados, analisados e comparados durante este estudo. Os procedimentos desta pesquisa foram: levantamento bibliográfico; elaboração de critérios de avaliação de RSC; familiarização com as atividades e caracterizações das reservas enquanto equipamentos ambientais; identificação e estudo das ações de RSC elaboradas pelas organizações; estabelecimento de contato com gestores das reservas; análise de suas respectivas atuações; e elaboração de apontamentos sobre o desempenho de RSC das reservas.

Especialmente, houve necessidade de elaborar critérios de levantamento de dados e informações e posterior avaliação de RSC das reservas que são objeto desta pesquisa

nas comunidades onde estão inseridas. Para isso, foi elaborada uma tabela baseada em indicadores da ABNT NBR 16.001; Instituto Ethos; Reservas da Biosfera da UNESCO; ODS da ONU; Garriga e Melè (2004); Carroll (1991); Kotler e Lee (2005); e SNUC. A tabela de critérios foi formada com as seguintes colunas informativas: CRITÉRIO, relativos aos requisitos que os blocos expressam; FONTE DO CRITÉRIO, referente à origem do requisito; EVIDÊNCIA, referente ao que foi efetivamente avaliado nas reservas objeto do estudo de caso; e FONTE DA EVIDÊNCIA, relativa à origem da evidência.

A familiarização com as atividades e caracterizações das reservas, enquanto equipamentos ambientais, deu-se pela pesquisa em *sites* institucionais, leitura de relatórios anuais, estudo de monografias cujo objeto eram as referidas reservas e conversas via telefone com gestores das reservas.

O processo de identificação e estudo das ações de RSC elaboradas pelas organizações ocorreu amparado por telefonemas com gestores das reservas, participação da gestão da reserva (Legado das Águas) no preenchimento dos critérios estabelecidos e troca de *e-mails*.

Quanto à análise das atuações de RSC das reservas, a tabela desenvolvida nesta pesquisa expressa em colunas as seguintes opções de classificação de desempenho de RSC: NÃO SE APLICA, assinalada quando as atividades da reserva não se encaixaram no parâmetro em questão; DESEMPENHO ÍNFIMO, assinalada quando a reserva desenvolvia minimamente uma atividade na direção do parâmetro; DESEMPENHO RAZOÁVEL, assinalada quando o desenvolvimento da atividade era insuficiente; DESEMPENHO SATISFATÓRIO; assinalada quando o desempenho da reserva no parâmetro era suficiente para suprir a demanda; DESEMPENHO EXÍMIO, assinalada quando o desempenho da reserva superava as expectativas dos envolvidos.

Por fim, os apontamentos sobre o desempenho de RSC das reservas foram construídos com base nas evidências, fonte de evidências e avaliação do desempenho (todos os dados fornecidos nas tabelas), além da comparação das ações exercidas por cada reserva, quando possível.

### 3 Reservas naturais privadas: estudo de caso

Este capítulo traz explicações sobre a Reserva Natural da Vale e a reserva Legado das Águas, os itens destinados às caracterizações delas dividem-se em mais três tópicos que, por sua vez, falam da empresa mantenedora do objeto, da organização responsável pelas ações relacionadas ao meio ambiente e da organização responsável pelas ações sociais. No item referente à Reserva Natural da Vale, são sublocadas partes que tratam sobre o Grupo Vala S.A., Instituto Ambiental da Vale e Fundação Vale. No item sobre o Legado das Águas, há as subdivisões que tratam sobre o Grupo Votorantim S. A., Reservas Votorantim e o Instituto Votorantim.

#### 3.1 Reserva Natural da Vale

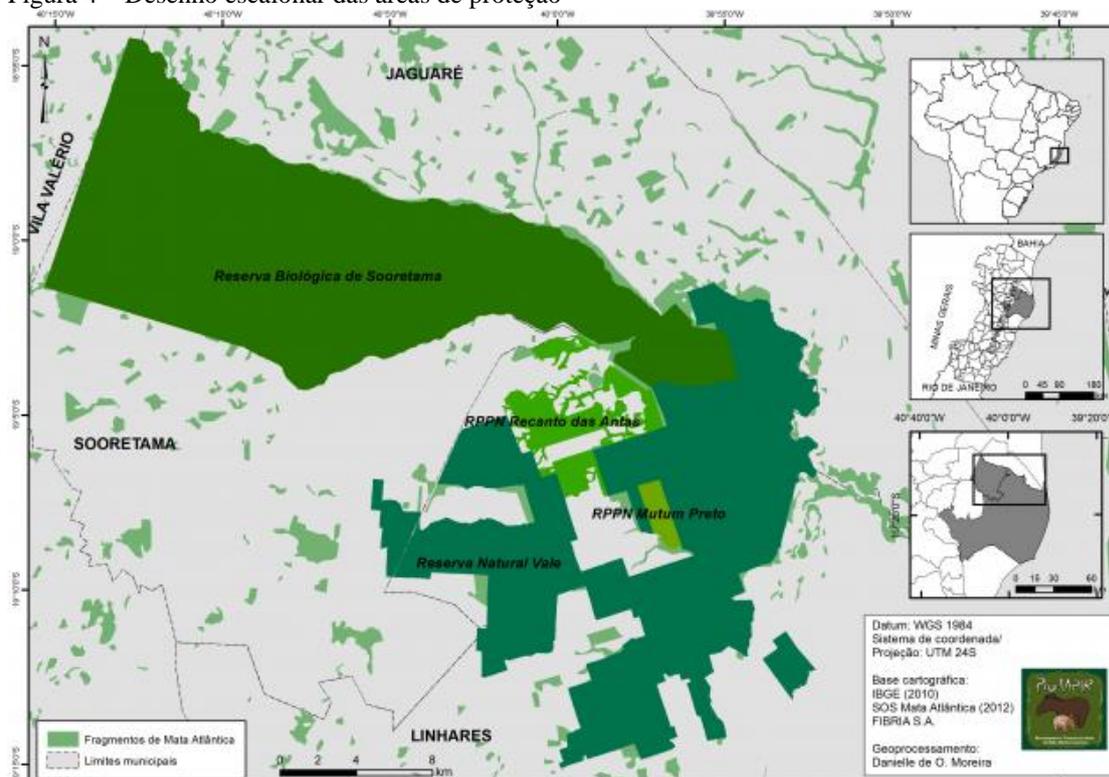
A Reserva Natural da Vale, localizada no município de Linhares (ES), faz parte do maior fragmento de Mata Atlântica de Tabuleiros do Brasil, juntamente com a Reserva Biológica de Sooretama, duas RPPN da Empresa Fibria Papel de Celulose e outras propriedades privadas que se encontram na zona de amortecimento. A área total possui cerca de 50.000 hectares e a Vale detêm 23.000 hectares destes, e os preserva conciliando proteção e uso sustentável (ICMBIO, 2012). Em 1951, a Vale adquiriu esse território com a intenção de extração de madeira, porém os planos de exploração não foram implementados, assim, desde a apropriação da Vale, o território sofreu poucas intervenções na formação florestal, então, no ano de 1973, a Vale destinou essa propriedade para a conservação da Mata Atlântica. No ano seguinte, estabeleceu-se o nome Reserva Florestal de Linhares (KIERULFF *et al.*, 2015).

Em 1998, após a privatização da então Cia Vale do Rio Doce, foi criado o Plano Diretor de Uso da Reserva Florestal de Linhares, que passou a ser chamada de Reserva Natural da Vale do Rio Doce. No ano seguinte, a Reserva recebeu da UNESCO o título de Patrimônio Natural Mundial da Costa do Desenvolvimento (TOMÁS, 2006).

Desde 1999, a Reserva Natural da Vale mantém um Termo de Reciprocidade com o ICMBio, esse termo foi criado após um incêndio florestal na região, que consumiu 2.000 hectares de floresta (ICMBIO, 2015). A estrutura de apoio oferecida pela Vale é composta por 24 vigilantes, que cuidam de aspectos relativos à segurança da flora

como: coibir a caça; coleta ilegal de plantas e animais; prevenir incêndios (ABERJE, 2018). A Figura 4 mostra os limites territoriais da reserva.

Figura 4 – Desenho escalonar das áreas de proteção

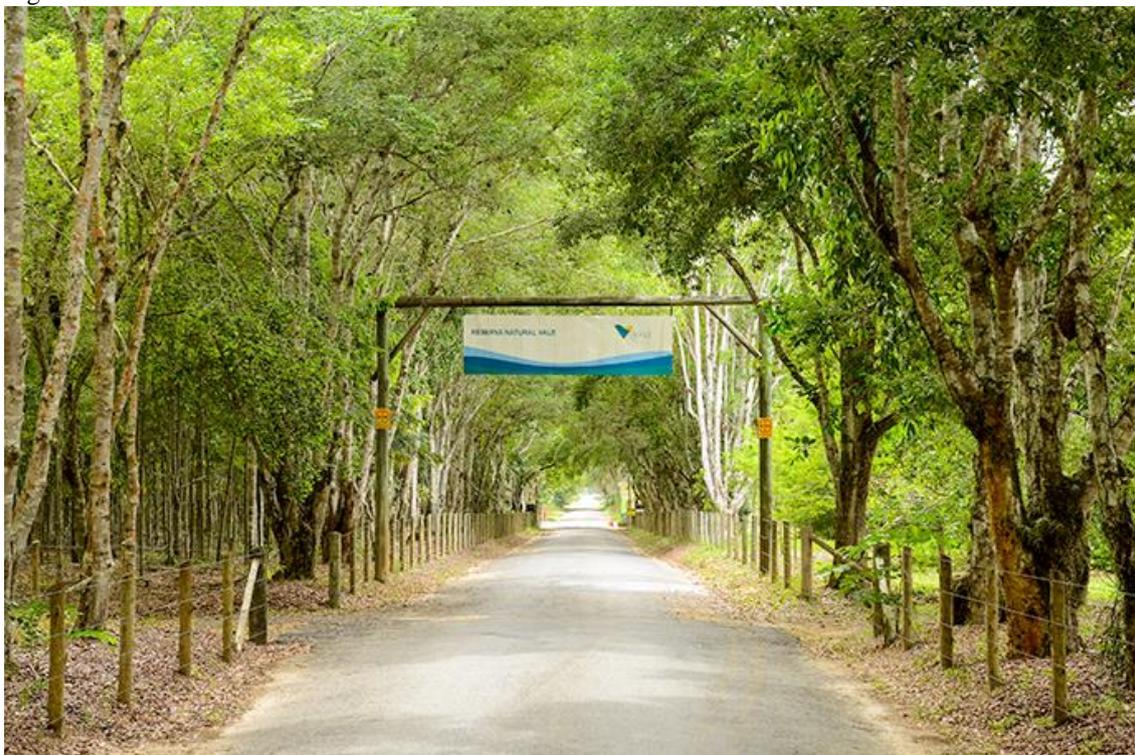


Fonte: ICMBio, 2015.

A abertura da Reserva para uso público e inauguração do serviço de hospedagem ocorreu em 2000, e nos anos que se seguiram ela foi contemplada com algumas denominações referentes à importância de sua preservação, alguns desses títulos vieram de órgãos públicos, como: Ministério do Meio Ambiente e Governo do Estado do Espírito Santo. Além disso, foi reconhecida pela UNESCO como Posto Avançado da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (KIERULFF *et al.*, 2015).

No ano de 2008, a área recebeu a denominação Reserva Natural da Vale, pela qual hoje é conhecida e divulgada. Em 2010 iniciaram-se estudos sobre oportunidades de negócio e dois anos depois a RNV criou cursos técnicos e de extensão, oferecidos para o público geral, além do Programa de Educação Ambiental (KIERULFF *et al.*, 2015). A Figura 5, a Figura 6 e a Figura 7 mostram a entrada da reserva, uma espécie de fauna local e o mapa turístico da área aberta a visitação, respectivamente.

Figura 5 – Reserva Natural da Vale



Fonte: Reserva Natural da Vale, 2019.

Figura 6 – Fauna nativa



Fonte: Reserva Natural da Vale, 2019.

Figura 7 – Mapa turístico da Reserva Natural da Vale



Fonte: Reserva Natural da Vale, 2019.

### 3.1.1 A Vale

A Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) tinha como objetivo principal a exploração do ferro brasileiro, com o intuito de fornecê-lo para a indústria bélica norte-americana. Fundada em 1942, através de um decreto do então Presidente Getúlio Vargas, a Companhia Vale do Rio Doce era de capital misto e devia impulsionar a exploração de minérios em território brasileiro (FGV, 2017).

O caminho que leva à instituição da CVRD data de 1911, quando técnicos ingleses ocuparam a cidade de Itabira, localizada no interior de Minas Gerais, e fundaram a Itabira Iron. No mês de março de 1942 foi celebrado um acordo entre Brasil, Estados Unidos e Grã-Bretanha, que objetivava melhorias na estrada de ferro Vitória a Minas, financiamento e venda de minério de ferro ao governo Britânico e a Metals Reserve Company. Em junho do mesmo ano, foi assinado o decreto-lei nº 4.352, que instituiu a Companhia Vale do Rio Doce que, embora houvesse tendência nacionalista presente no cenário político brasileiro da época, teve a colaboração dos Estados Unidos e da Inglaterra, em um quadro de aproximação entre Brasil e potências Aliadas na Segunda Guerra Mundial (PIMENTA, 1981).

Entre outras mudanças, em 1952 o governo brasileiro assumiu controle direto dos ativos do sistema operacional da Vale; em 1956 a Vale compra a Reserva Florestal de Linhares; em 1974 a Vale se tornou a maior exportadora de minério de ferro do mundo; em 1990 houve a instalação de um laboratório florestal em Linhares; em 1995 a Vale foi incluída no Programa Nacional de Desestatização (TOMÁS, 2006)

No ano de 1997, o controle acionário da Vale passou por um leilão de venda, onde o Consórcio Vale, formado pelo Grupo Votorantim e o consórcio Brasil, adquiriu 41,73% das ações da CVRD. Após a compra, o presidente da CSN (participante do consórcio Brasil) Benjamin Steinbrunch foi nomeado presidente do Conselho de Administração da Vale (TOMÁS, 2006).

Hoje, a Vale é caracterizada como uma empresa privada, de capital aberto, que tem sua sede no Brasil e filiais em cerca de 30 outros países (VALE, 2019).

Esta instituição possui alguns ativos voltados para o contato com a comunidade, alguns são jardins, equipamentos culturais, trem de passageiros e etc. (VALE, 2019). Essas estruturas abrigam equipamentos que oferecem lazer para as comunidades receptoras e que, por vezes, configuram-se como atrativos turísticos.

Ao definir seus valores, a empresa se viu contemplando: a valorização da vida e de seus funcionários; o cuidado com o planeta; a ética; evolução conjunta; potencial de ação. Assumindo estes compromissos, a Vale definiu alguns pilares estratégicos: cuidar das pessoas; incorporar a sustentabilidade na organização, gerenciar rigorosamente o portfólio; foco em minério de ferro; crescimento por meio de ativos de classe mundial (VALE, 2019).

### 3.1.2 Instituto Ambiental da Vale

Em novembro de 2000, a Companhia Vale do Rio Doce criou um estatuto que constituiu o Instituto Ambiental da Vale (IAV), uma associação sem fins lucrativos. O objetivo do instituto é a defesa, preservação e conservação da biodiversidade e da promoção do desenvolvimento sustentável. Esta associação é coordenada pela Gerência Executiva de Gestão Ambiental da Vale, que realiza seu planejamento e administração.

Atualmente, a RNV abriga o IAV, o qual realiza ações direcionadas à conservação do meio ambiente na própria reserva.

### 3.1.3 Fundação Vale

A criação da Fundação Vale ocorreu em 1968, quando seu propósito era a construção de projetos habitacionais para os funcionários da empresa. Apenas em 1998, após o processo de privatização, a fundação direcionou sua atuação para a promoção do desenvolvimento social das comunidades onde a Vale está inserida (FUNDAÇÃO VALE, 2019).

A Fundação Vale é responsável por intermediar a relação entre empresa, poder público e sociedade civil, no seu conceito, esta articulação é chamada de Parceria Social Público-Privada (PSPP). As ações da fundação visam o empoderamento da comunidade como estratégia para o desenvolvimento integrado, sustentável e de longo prazo da localidade. Também lhe compete a qualificação de outros investimentos sociais corporativos (FUNDAÇÃO VALE, 2019).

Os eixos que norteiam o funcionamento da Fundação Vale são baseados nos ODS, sendo eles educação, saúde e geração de emprego e renda. Há o incentivo à agricultura familiar, agropecuária, negócios familiares e coletivos empreendidos por mulheres e inclusão produtiva de indivíduos e grupos (FUNDAÇÃO VALE, 2019).

### 3.2 Legado das Águas

A reserva Legado das Águas, localizada nos municípios de Juquiá, Miracatu e Tapiraí (SP), faz parte do maior fragmento de Mata Atlântica do Brasil, e corresponde a 1,5% da Mata Atlântica preservada do Estado de São Paulo. A área total possui cerca de 31 mil hectares. Entre os anos de 1920 e 1950, a Votorantim adquiriu várias áreas que cercavam a bacia hídrica da região, com o objetivo de preservar a vegetação ao entorno das 7 usinas hidrelétricas que a Votorantim possui na localidade (LEGADO DAS ÁGUAS, 2018).

Em 2012, foi assinado um Protocolo de Intenções entre a Reservas Votorantim e a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, onde o estado reconhece a área como uma reserva privada (SÃO PAULO, 2012). Este mesmo documento também faz o Legado das Águas assumir a proposta de gestão compartilhada, onde são facilitados os estudos científicos, educação ambiental, uso público, proteção de espécies ameaçadas e desenvolvimento socioeconômico da região (LEGADO DAS ÁGUAS, 2019). Em 2015, esse Protocolo foi revalidado em um evento organizado pelo Governo do Estado de São Paulo, durante a 21ª Conferencia do Clima, em Paris. O prazo é de dez anos e a revalidação será automática (LEGADO DAS ÁGUAS, 2015).

Em 2019, a Rede América, em sua IV edição, reconheceu e premiou soluções inovadoras relacionadas ao desenvolvimento sustentável. Participaram 13 países da América Latina, contando ao todo com 73 iniciativas cadastradas, dentre os nove finalistas o Legado das Águas recebeu o primeiro lugar na categoria “Negócio e Comunidades Sustentáveis” (LEGADO DAS ÁGUAS, 2019). Na Figura 8 e na Figura 9 pode-se observar registros fotográficos da fauna e flora local; na Figura 10 observa-se o mapa turístico da reserva.

Figura 8 – Foto aérea do Legado das Águas



Fonte: Legado das Águas, 2019.

Figura 9 – Fauna nativa



Fonte: Legado das Águas, 2019.

Figura 10 – Mapa turístico do Legado das Águas, 2019



Fonte: Legado das Águas, 2016.

### 3.2.1 A Votorantim

A Votorantim S. A. (VSA) é uma multinacional brasileira que atua nos ramos de agronegócio, cimento, energia, metalurgia, indústria química, papel e celulose e finanças. Fundada em 1918 na cidade de Sorocaba (SP) e atuante no ramo têxtil, a VSA teve seu controle passado de geração em geração dentro da mesma família, sendo que a sua expansão comercial deu-se durante a gestão do primeiro a suceder o controle da organização, o engenheiro José Ermírio de Moraes. A ampliação da companhia teve seu início em 1936 com a fundação da Votorantim Cimentos, em seguida pela instituição da

Companhia Brasileira de Alumínio (CBA) em 1955, sendo que posteriormente outras conquistas empresariais foram alcançadas pela VSA<sup>4</sup> (VOTORANTIM, 2019).

Porém, com a criação da CBA e a urgente necessidade de energia, a Votorantim passou a construir usinas hidrelétricas pela bacia do Rio Juquiá, situada no Vale do Ribeira - SP, além da obtenção das terras por onde a bacia se estende, para fins de preservação dos recursos hídricos as áreas circundantes aos reservatórios também foram compradas pela VSA. Instituída como reserva Legado das Águas, a extensão territorial das aquisições da organização somam aproximadamente 31 mil hectares, configurando-se como a maior reserva privada de Mata Atlântica do Brasil (LEGADO DAS ÁGUAS, 2018).

Em junho de 2012, o Grupo Votorantim assinou um Protocolo de Intenções com o Governo do Estado de São Paulo<sup>5</sup>, em outubro do ano seguinte a instituição sorocabana apresentou o 1º Plano de Providências para cumprimento do protocolo firmado. Sendo que este contemplava determinadas incumbências da Votorantim (SÃO PAULO, 2012).

- Proteção da biodiversidade;
- Valorização e proteção da sociodiversidade;
- Desenvolvimento sustentável;
- Proteção e manejo sustentável;
- Recomposição de áreas;
- Vigilância territorial;
- Educação ambiental;
- Mecanismos econômicos para a manutenção da área;
- Fins institucionais.

Em 2015, este compromisso foi renovado e celebrou-se um segundo Protocolo de Intenções que, entre outras pontuações, colocou como objeto social da Reservas Votorantim a proteção de reservas ecológicas, botânicas, parques nacionais e áreas de

---

<sup>4</sup> Informações retiradas de *sites* institucionais do Grupo Votorantim.

<sup>5</sup> Em 8 de dezembro de 2015, Davi Canassa, enquanto representante do Grupo Votorantim e das Reservas Votorantim, assinou o segundo Protocolo de Intenção com o Governo do Estado de São Paulo, durante a gestão do ex-governador Geraldo Alckmin.

proteção ambiental e atuação visando o fortalecimento das medidas de preservação do Legado das Águas (RESERVAS VOTORANTIM, 2019).

### 3.2.2 Reservas Votorantim

Em novembro de 2015 foi criada a empresa Reservas Votorantim Ltda., pertencente ao grupo Votorantim S.A. e responsável pela gestão dos seus ativos ambientais que hoje são o Legado das Águas e o Legado Verdes do Cerrado<sup>6</sup> (LEGADO DAS ÁGUAS, 2018). Para realização da pesquisa aqui proposta, foi eleita como objeto a reserva Legado das Águas, pela relevância da sua empresa matriz, pelas atividades já desenvolvidas nas comunidades vizinhas e pelo exemplar desempenho da organização enquanto reserva natural, vide reconhecimento como Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.

Atualmente o LA desenvolve atividades de ecoturismo, estudos do meio, cursos, paisagismo com Mata Atlântica, reflorestamento e biotecnologia, além de desempenhar papéis de reserva legal, viveiro e locação de espaço. No que diz respeito à RSC desempenhada pela empresa nas comunidades circundantes à reserva, tem-se cinco frentes de atuação<sup>7</sup> (RESERVAS VOTORANTIM, 2019).

O Programa de Apoio à Gestão Pública, feito em parceria entre o Instituto Votorantim e o Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), tem sido desenvolvido pelo Legado das Águas desde 2014 e refere-se a um projeto que compreende os seguintes estágios: diagnóstico; equilíbrio financeiro e fiscal; ordenamento territorial. Na primeira etapa avaliou-se as gestões e visões financeiras e fiscais de cada prefeitura, em seguida foi elaborado um plano de ações objetivando o aumento da receita e diminuição das despesas municipais, e então servidores dos municípios participantes foram capacitados por um instituto externo para auxiliar a implementação dos planos de ações. Dos

---

<sup>6</sup> O Legado Verdes do Cerrado situa-se no município de Niquelândia – GO e possui extensão territorial de 32 mil hectares, onde no Núcleo Engenho são praticadas atividades de economia verde, pecuária, produção de soja e silvicultura, enquanto no núcleo Santo Antônio Serra Negra pretende-se desenvolver atividades como ecoturismo, educação ambiental, viveiro de mudas e frutas do cerrado, reflorestamento e apicultura.

<sup>7</sup> Informações retiradas de plataformas digitais institucionais do Legado das Águas – Reservas Votorantim.

resultados obtidos até o momento, desenvolveu-se o Plano Diretor de Tapiraí, e os planos de saneamento básico de Juquiá e Miracatu (RESERVAS VOTORANTIM, 2019).

A PVE se trata de um programa que coadjuva na melhoria do ensino público nos municípios onde o Grupo Votorantim é presente, este auxílio dá-se através da mobilização social das comunidades e qualificação de práticas de gestão. Existem dois tipos de PVE, o individual, onde um município é beneficiado sendo alvo dos esforços deste programa; PVE Polos, onde dois ou três municípios participam conjuntamente do atendimento, que se dividi em ações individualizadas e colaborativas. No ano de 2017, as cidades de Juquiá, Miracatu e Jucituba formaram um Polo que foi favorecido pelo programa descrito (RESERVAS VOTORANTIM, 2019).

- No tocante ao reconhecimento e consideração das comunidades tradicionais, o Legado das Águas tem desenvolvido um trabalho de resgate histórico da comunidade do Ribeirão da Anta. Os principais desdobramentos deste trabalho foram o reconhecimento do grupo como uma comunidade tradicional, recuperação de área que oferece acesso dos moradores à água e a reforma de uma escola para instalação do Centro de Tradições do Ribeirão da Anta (RESERVAS VOTORANTIM, 2019).
- Referente ao estímulo da cultura empreendedora, O Legado das Águas idealizou o Programa Empreende Tapiraí. Em 2016 houve capacitações de 30 cidadãos e no ano seguinte alguns empreendedores foram beneficiados com um recurso para estimular seu negócio (RESERVAS VOTORANTIM, 2019).
- O Programa de Redes para o Desenvolvimento Sustentável (ReDes) estimula o desenvolvimento rural sustentável, através de apoio técnico e financeiro, fortalecendo cadeias produtivas locais. Fazem parte do público-alvo deste projeto cooperativas e associações com foco produtivo, com membros que possuem baixa renda (RESERVAS VOTORANTIM, 2019).

### 3.2.3 Instituto Votorantim

Criado em 2002, o Instituto Votorantim é caracterizado por representar a inteligência social do Grupo Votorantim, ele é responsável pela promoção dos benefícios sociais nas

comunidades onde o Grupo ou suas empresas investidas atuam, visando à identificação de oportunidades e riscos para o empreendimento (INSTITUTO VOTORANTIM, 2019). Esta relação é ilustrada pela Figura 11.

Figura 11 – Fluxo de relações



Fonte: Instituto Votorantim, 2019.

Através do reconhecimento dos atuais desafios das localidades onde tem-se dependências da organização, o Instituto Votorantim trabalha no desenvolvimento de soluções de longo prazo para as comunidades, por meio da elaboração de diagnósticos, estratégias e projetos (INSTITUTO VOTORANTIM, 2019).

Os três eixos de atuação do Instituto Votorantim são comunidade, cadeia de valor e mercado e produtos. O primeiro deles visa à qualificação da relação do negócio e seus *stakeholders*, promoção do desenvolvimento local e monitoramento e gestão de impactos infligidos à sociedade por conta da atuação da organização, o segundo visa a criação de valor social pela operação dos fornecedores, das empresas e dos clientes, o terceiro visa o apoio no desenvolvimento de produtos e estratégias que gerem impacto social (INSTITUTO VOTORANTIM, 2019).

Este Instituto deixa à disposição das empresas investidas da Votorantim metodologias, ferramentas e profissionais especializados para trabalharem no que se refere aos investimentos sociais feitos pela organização. A operação do Instituto considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)<sup>8</sup>, alguns deles são: promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos; assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos; proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos

<sup>8</sup> Em setembro de 2015, representantes de mais de 150 países se reuniram na sede da ONU para adotar oficialmente os 17 ODS, que devem ser implementados até o ano de 2030.

ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade (ONU, 2015).

A gestão do Instituto Votorantim se dá por três conselhos: Conselho do Instituto Votorantim, que é composto pelo Comitê BNDES, Comitê de Estratégia e Comitê de Finanças, é responsável pelas diretrizes de investimento social; Conselho de Administração (Votorantim); Conselho de Administração (empresa investida). O objetivo desta organização é resumido como “Empresas e comunidades evoluindo em sinergia” (INSTITUTO VOTORANTIM, 2019).

Embora seja notável a importância da discussão sobre o tema da RSC de forma relacionada aos desastres ambientais<sup>9</sup>, nos quais as mineradoras Vale S.A. e Votorantim S.A. estão envolvidas de alguma forma, devido ao escopo desta pesquisa, não foi possível o aprofundamento da investigação nos aspectos relacionados às empresas mantenedoras, responsáveis diretas pelos acontecimentos ambientais que, ao contrário do que se avalia neste trabalho, trouxeram tantos malefícios para as comunidades locais.

---

<sup>9</sup> Rompimento da barragem Fundão, ocorrido em 2015, localizada em Minas Gerais. A cidade que sofreu os maiores impactos e que teve repercussão em maior escala foi Mariana – MG. Em 2019, também houve o rompimento da Barragem Mina do Feijão, localizada em Brumadinho – MG, cidade que também teve visibilidade em larga escala, por ter sido a principal afetada pelas consequências do rompimento.

## 4 Resultados e discussão

Neste capítulo são expostos os critérios para obter informações sobre os objetos de estudo, as ferramentas usadas na coleta de informações e as fontes utilizadas, discutindo os papéis de RSC na comunidade. Assim, são expostas as informações obtidas e, em seguida, as conclusões sobre suas análises.

### 4.1 Critérios de informações e avaliação

Para que se pudesse avaliar a RSC da Reserva Natural da Vale e do Legado das Águas, foram construídos critérios que orientaram a coleta de informações e a análise.

A partir da bibliografia consultada, foram eleitos oito temas que permeiam a RSC: (1) *accountability*, (2) gestão interna, (3) preservação ambiental, (4) expectativas sociais, (5) cidadania, (6) formação, (7) lazer e (8) filantropia, para que a empresa seja considerada socialmente responsável. Para cada tema, foram definidos critérios para avaliar as atividades de RSC das reservas.

Baseado na Resolução NBR 16.001, o tema de *accountability* foi estabelecido de forma a contemplar as condições de responsabilização e prestação de contas da empresa por suas decisões e atividades, reportando-se aos órgãos de governança, autoridades legais e partes interessadas da organização. Abrange também a comunicação clara e honesta da empresa para com a comunidade, comportamento de acordo com princípios e valores locais e com normas internacionais. Esse tema foi subdividido em oito critérios, sendo eles:

- (1.1) transparência, levando em consideração a magnitude das reservas;
- (1.2) sistema de governança participativo e inovador, pensando no potencial que cada colaborador tenha, uma vez que muitos trabalhos em uma reserva natural são operacionais;
- (1.3) respeito em relação ao dever com os *stakeholders*, uma vez que a comunidade local também é um dos *stakeholders* da reserva;

- (1.4) cumprimento de normas legislativas nos âmbitos federal, estadual, regional, municipal, expressando a concordância entre os objetivos da iniciativa privada e as diretrizes estabelecidas pelo poder público;
- (1.5) inexistência de transgressão às diretrizes dos Direitos Humanos, em consonância com os ODS;
- (1.6) zelo pelo ambiente econômico de onde se insere, mostrando preocupação da organização com a sustentabilidade da economia local;
- (1.7) integração da unidade de conservação com as demais unidades e espaços territoriais especialmente protegidos e com o seu entorno, considerando a razão de ser da reserva, espera-se que parcerias sejam feitas para que as ações de proteção se estendam por outros territórios;
- (1.8) esforço para compatibilizar os interesses dos diversos segmentos sociais relacionados com a unidade, como forma de medir o diálogo existente entre empresa e comunidade.

O tema de gestão interna analisa a estrutura interna da organização, mais especificamente as formas previstas no seu regulamento de envolvimento com a comunidade e de atividades que possam ser desenvolvidas com e/ou para ela. As fontes utilizadas foram Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), Reservas da Biosfera, questionário atualizado do Instituto Ethos e estudos de Garriga e Melè. Este campo conta com sete critérios, sendo eles:

- (2.1) conselho instituído, assegurando a existência de um espaço para que a relação com os *stakeholders* seja mediada;
- (2.2) conselho com participação de membros da academia, turismo, órgãos ambientais, para que a diversidade do conselho proporcione visões heterogêneas;
- (2.3) regimento interno devidamente cumprido, para garantir que haja um protocolo para o cumprimento das atividades rotineiras da reserva e sua gestão;
- (2.4) previsão no regimento de investimento na comunidade, garantindo, de forma documental, a intenção e o compromisso da organização em realizar investimentos no território local;
- (2.5) citação da comunidade no regimento interno como um elemento relevante, assumindo a importância da comunidade e indicando seu protagonismo;

- (2.6) utilização de políticas baseadas em pesquisa e monitoramento, acenando para a inovação em estratégias de proteção ambiental;
- (2.7) ações de responsabilidade social desempenhadas como ferramentas para a empresa matriz atingir lucro, segundo Garriga e Melè, a teoria instrumental visa a utilização da RSC como ferramenta para a empresa atingir lucro, um aspecto importante de ser avaliado a medida que o retorno econômico da reserva deve contrapor as previsões de retorno de outras possibilidades de investimento, que não seja a preservação, no território em questão, de forma a garantir o interesse da organização em manter as atividades de proteção ambiental.

O tema referente à preservação ambiental pretende observar como se dão as atividades e ações em relação ao aspecto natural da reserva, visando a conservação de áreas utilizadas e preservação das áreas virgens. Os critérios deste campo foram construídos de acordo com proposições do SNUC, Reservas da Biosfera e ODS, sendo eles:

- (3.1) sistemas de proteção da biodiversidade, para constatar se há metodologia para a atividade de preservação;
- (3.2) sistemas de recuperação de ecossistemas degradados, indicando que a organização não só preserva, mas também recupera;
- (3.3) uso sustentável dos ecossistemas terrestres, contando com a manutenção das áreas ocupadas e outros usos de áreas não ocupadas;
- (3.4) promoção da utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento, de forma a prever que as medidas de proteção ambiental andem no mesmo ritmo que o desenvolvimento da reserva;
- (3.5) plano de manejo, indicado pelo SNUC, que funcione como um regimento interno voltado para a medidas de proteção do ambiente natural;
- (3.6) inclusão de zona de amortecimento no plano de manejo, assegurando que as áreas fronteiriças da reserva não sejam prejudicadas por atividades na área externa;
- (3.7) sistema ou atividade de monitoramento ambiental, como forma de acompanhamento das medidas de proteção;
- (3.8) valorização econômica da diversidade biológica, disponibilizando outras formas da reserva se manter;

- (3.9) valorização social da diversidade biológica, promovendo a valorização da natureza, principalmente, nas comunidades locais;
- (3.10) apoio da comunidade para o desenvolvimento sustentável, evidenciando o aspecto sustentável na cultura local.

Para o estabelecimento dos critérios do tema de expectativas sociais, foram utilizados o questionário atualizado do Instituto Ethos, os estudos de Garriga e Melè e Carroll, o SNUC e a ABNT NBR 16.001. Esse campo conta com dez critérios, sendo eles:

- (4.1) monitoramento do impacto na comunidade fazendo com que a organização tome nota das suas reverberações na comunidade onde se insere;
- (4.2) canal de diálogo com a comunidade, mostrando interesse da reserva em estabelecer comunicação com a comunidade;
- (4.3) harmonia entre os objetivos da empresa e os costumes da comunidade, de forma a minimizar os impactos negativos da organização no território;
- (4.4) política de contratação para membros da comunidade local, colaborando com os níveis de emprego na região;
- (4.5) zelo pelo ambiente social local, mostrando interesse e proatividade com o mesmo;
- (4.6) comunicação clara e honesta, para a sociedade, sobre as atividades e decisões da empresa, uma vez que essas impactem diretamente na comunidade;
- (4.7) compra de produtos de fornecedores locais, dinamizando a economia local;
- (4.8) contribuição para a infraestrutura local, identificando demandas e suprindo-as;
- (4.9) reconhecimento das decisões que geram desdobramentos negativos, identificando as ações maléficas e benéficas para a comunidade;
- (4.10) iniciativas para minimizar os impactos negativos da atividade na comunidade, identificando e trabalhando nas ações que gerem benefícios tanto para a reserva quanto para a comunidade.

Em relação ao tema cidadania, foram utilizados como base os estudos de Garriga e Melè e o questionário atualizado do Instituto Ethos, onde pode-se encontrar sugestões de integração da empresa nos processos políticos locais. Os critérios deste campo são:

- (5.1) participação em discussões comunitárias, onde a organização tem a chance de expressar seu interesse com a comunidade local, pela participação em processos populares;
- (5.2) participação em processos políticos da comunidade, empenhando-se no papel de empresa cidadã, importante devido à importância da reserva para a localidade;
- (5.3) participação em conselhos e/ou colegiados municipais, de forma a expressar seu posicionamento sobre os assuntos em pauta.

A constituição dos critérios pertencentes ao campo formação, tiveram como fontes utilizadas ODS, Garriga e Melè e Carroll, abordando aspectos de inclusão, profissionalização, ensino para adultos, ingresso no mercado de trabalho e interação com a natureza. Os critérios são:

- (6.1) incentivo à educação;
- (6.2) incentivo à educação inclusiva e de qualidade, fazendo menção a estudantes que tenham determinadas limitações e ao conteúdo da Base Nacional Comum Curricular (BNCC);
- (6.3) incentivo à aprendizagem em todas as idades, referindo-se ao ensino para jovens, adultos e idosos;
- (6.4) incentivo à profissionalização, como por exemplo, sugerindo ações com o ensino médio para ida a feiras de estudantes ou oferecimento de cursos profissionalizantes;
- (6.5) oferecimento de programas de estágio e *trainee*, oferecendo oportunidade para jovens estudantes ou recém-formados;
- (6.7) oferecimento de atividades educativas com a natureza, proporcionando para os interessados a oportunidade de aprender no ambiente natural da maior reserva do bioma.

O conceito de lazer utilizado para estabelecimento do tema de mesmo nome corresponde à definição de Dumazedier (2000), que diz que o lazer é composto por atividades para as quais o indivíduo se entrega de livre vontade, sem compromisso com obrigações profissionais, familiares ou sociais. As fontes utilizadas para

estabelecimento dos critérios foram os estudos de Garriga e Melè e o SNUC. Foram estabelecidos seis critérios, sendo eles:

- (7.1) fomento a equipamentos de cultura, incentivando o acesso à arte;
- (7.2) fomento a manifestações culturais locais, incentivando a manutenção dos aspectos culturais locais;
- (7.3) fomento a atividades desportivas, fomentando a prática de atividades físicas;
- (7.4) oferecimento de atividades de recreação com a natureza, objetivando o oferecimento de atividades lúdicas para visitantes;
- (7.5) atividade de turismo, voltando-se para a possibilidade de uso sustentável dos ecossistemas.

No tema filantropia, o conceito de atividade filantrópica foi baseado nos estudos de Carroll, onde a empresa realiza ações voltadas para a assistência social, objetivando a melhoria da qualidade de vida local, com ações de caráter pontual. Contando com 3 critérios, este campo contém:

- (8.1) participação voluntária de funcionários em atividades em prol da comunidade, promovendo a cultura do voluntariado no ambiente interno da organização;
- (8.2) doação para a comunidade em datas festivas (Páscoa, dia das crianças, Natal...), caracterizando ações de caráter pontual e o benefício da comunidade;
- (8.3) investimento periódico em projetos e/ou ações de assistência social, visando o aumento da qualidade de vida da comunidade.

Esses critérios podem ser visualizados no Quadro 1, onde são dispostas também as fontes utilizadas para elaboração de cada um desses critérios de avaliação.

Quadro 1 – Critérios avaliativos

	<b>Critérios</b>	<b>Fonte</b>
1.1	Transparência	GARRIGA E MELE
1.2	Sistema de governança participativo e inovador	ONU - BIOSFERA
1.3	Respeito em relação ao dever com o <i>stakeholders</i>	INMETRO
1.4	Cumprimento de normas legislativas nos âmbitos: federal; estadual; regional; municipal.	CARROL
1.5	Não há transgressão as diretrizes dos Direitos Humanos	INMETRO
1.6	Zelo pelo ambiente econômico de onde se insere	INMETRO
1.7	Integração da unidade de conservação com as demais unidades e	SNUC

	<b>Crêterios</b>	<b>Fonte</b>
	espaços territoriais especialmente protegidos e com o seu entorno	
1.8	Esforço para compatibilizar os interesses dos diversos segmentos sociais relacionados com a unidade	GARRIGA E MELE
2.1	Um conselho instituído	SNUC
2.1	Conselho com participa�o de membros da: academia; turismo; órgãos ambientais...	SNUC
2.3	Regimento interno e ele � cumprido	INMETRO
2.4	No regimento está previsto o investimento na comunidade	ETHOS
2.5	No regimento interno a comunidade � citada como um elemento relevante	ETHOS
2.6	Utiliza�o de políticas baseadas em pesquisa e monitoramento	ONU - BIOSFERA
2.7	As a�o�es de responsabilidade social desempenhadas são ferramentas para a empresa matriz aumentar seu valor social	GARRIGA E MELE
3.1	Sistemas de prote�o da biodiversidade	SNUC
3.2	Sistemas de recupera�o de ecossistemas degradados	ONU - OBJETIVOS
3.3	Uso sustentável dos ecossistemas terrestres	ONU - OBJETIVOS
3.4	A promo�o da utiliza�o dos princípios e práticas de conserva�o da natureza no processo de desenvolvimento	SNUC
3.5	Plano de manejo	SNUC
3.6	Inclusão da zona de amortecimento no plano de manejo	SNUC
3.7	Sistema ou atividade de monitoramento ambiental	SNUC
3.8	Valoriza�o econômica da diversidade biológica	SNUC
3.9	Valoriza�o social da diversidade biológica	SNUC
3.10	Apoio da comunidade para o desenvolvimento sustentável	ONU-BIOSFERA
4.1	Monitoramento do impacto na comunidade	ETHOS
4.2	Canal de diálogo com a comunidade	ETHOS
4.3	Harmonia entre os objetivos da empresa e os costumes da comunidade	CARROL
4.4	Política de contrata�o para membros da comunidade local	ETHOS
4.5	Zelo pelo ambiente social local	SNUC
4.6	Comunica�o clara e honesta, para a sociedade, sobre as atividades e decisões da empresa	INMETRO
4.7	Compra de produtos de fornecedores locais	ETHOS
4.8	Contribui�o para a infraestrutura local	ETHOS
4.9	Reconhecimento das decisões que geram desdobramentos negativos para a comunidade	ETHOS
4.10	Iniciativas para minimizar os impactos negativos da atividade na comunidade	GARRIGA E MELE
5.1	Participa�o em discussões comunitárias	ETHOS
5.2	Participa�o em processos políticos da comunidade	GARRIGA E MELE
5.3	Participa�o em conselhos e/ou colegiados municipais	
6.1	Incentivo a educa�o	CARROL
6.2	Incentivo a educa�o inclusiva e de qualidade	ONU - OBJETIVOS
6.3	Incentivo � aprendizagem em todas as idades	ONU - OBJETIVOS
6.4	Incentivo � profissionaliza�o	GARRIGA E MELE
6.5	Oferecimento de programas de estágio e trainee	
6.6	Oferecimento de atividades educativas com a natureza	
7.1	Fomento a equipamentos culturais	
7.2	Fomento � atividades artísticas	
7.3	Fomento � manifesta�es culturais locais	GARRIGA E MELE
7.4	Fomento � atividades desportivas	
7.5	Oferecimento de atividades de recrea�o com a natureza	SNUC
7.6	Atividade de turismo	SNUC
8.1	Participa�o voluntária de funcionários em atividades em prol da comunidade	CARROL

	<b>Crêterios</b>	<b>Fonte</b>
8.2	Doa�o para a comunidade em datas festivas (pascoa, dia das crianças, natal...)	
8.3	Investimento periódico em projetos e/ou a�o es de assistência social	

Fonte: Autora, 2019.

## 4.2 Avalia o da RSC

No caso estudado, as institui es assumiram pautas de responsabilidade social que, juntamente aos compromissos feitos em rela o ao meio ambiente, visam o benefício da comunidade receptora. Esse tipo de envolvimento, entre reserva e comunidade, pode abranger questões de múltiplas naturezas dependendo do viés de a o que a corpora o adotar para lidar com essa fun o.

Para fins de dinamiza o da leitura, em cada campo disposto tem-se a divisão entre a análise das evidências da RNV e as evidências do LA. Também, ao analisar as tabelas de avalia o de RSC nota-se uma ausência de dados das duas propriedades estudadas nesse trabalho.

A reserva Legado das águas, sob tutela da institui o Votorantim S.A., conta com 49 t picos preenchidos dos 53 que os critérios de avalia o criado pela autora contempla (92,5%). Apesar da pr -disposi o em compartilhar as informa es, em seus últimos contatos via e-mail e telefone a empresa apresentou algumas d vidas em rela o ao preenchimento da tabela. Isso inviabilizou o total preenchimento dos formulários por razões de cronograma.

A propriedade "Reserva Natural da Vale", sob tutela da Vale S.A., conta com apenas 24 t picos preenchidos dos 53 contemplados pelas tabelas de avalia o de RSC (45,3%). Apesar da disposi o da empresa em colaborar com a pesquisa, relataram uma demanda interna com o sistema anti-incêndio da propriedade. Compreensivamente, os esforços para a obten o das informa es e preenchimento das tabelas foram colocados em segundo plano, dada a necessidade de sanar uma situa o que pode estar associada   segurança da propriedade e de colaboradores.

## 4.2.1 Accountability

Quadro 2 – Accountability RNV

		Accountability		
	Critério	Evidência	Fonte	Avaliação
	<b>Critério</b>	<b>RNV</b>		
1.1	Transparência	Relatórios publicados anualmente	1	B
1.2	Sistema de governança participativo e inovador			s/r
1.3	Respeito em relação ao dever com o <i>stakeholders</i>			s/r
1.4	Cumprimento de normas legislativas nos âmbitos: federal; estadual; regional; municipal.			s/r
1.5	Não transgressão as diretrizes dos Direitos Humanos	Influência dos ODS em relatório de 2017	4	B
1.6	Zelo pelo ambiente econômico de onde se insere			s/r
1.7	Integração da unidade de conservação com as demais unidades e espaços territoriais especialmente protegidos e com o seu entorno	Participação no Complexo Florestal Linhares-Sooretama, com a Reserva Biológica de Sooretama, RPPN Mutum-Preto, RPPN Recanto das Antas e outros fragmentos florestais.	4	A
1.8	Esforço para compatibilizar os interesses dos diversos segmentos sociais relacionados com a unidade			s/r

Fonte: Autora, 2019.

Legenda: D – desempenho ínfimo; C – desempenho razoável; B – desempenho satisfatório; A – desempenho exímio; n/a – não se aplica; s/r – sem resposta. 1 – sites institucionais; 2 – documentos internos; 3 – entrevistas; 4 – relatórios anuais; 5 – consultorias; 6 – stakeholders; 7 – outros.

O primeiro critério, referente à transparência (1.1), é contemplado pela RNV com a disponibilização de relatórios anuais. As capas dos relatórios podem ser visualizadas nas Figura 12. O material exibe os programas e atividades desenvolvidos, eventos, medidas de proteção ambiental, pesquisas sobre fauna e flora, parcerias e dados de visitação. Percebe-se a intenção de aproximação por parte da reserva ao observar o caráter explicativo e didático dos relatórios, que apresentam mapas turísticos, fotos, explicação de termos técnicos e infográficos.

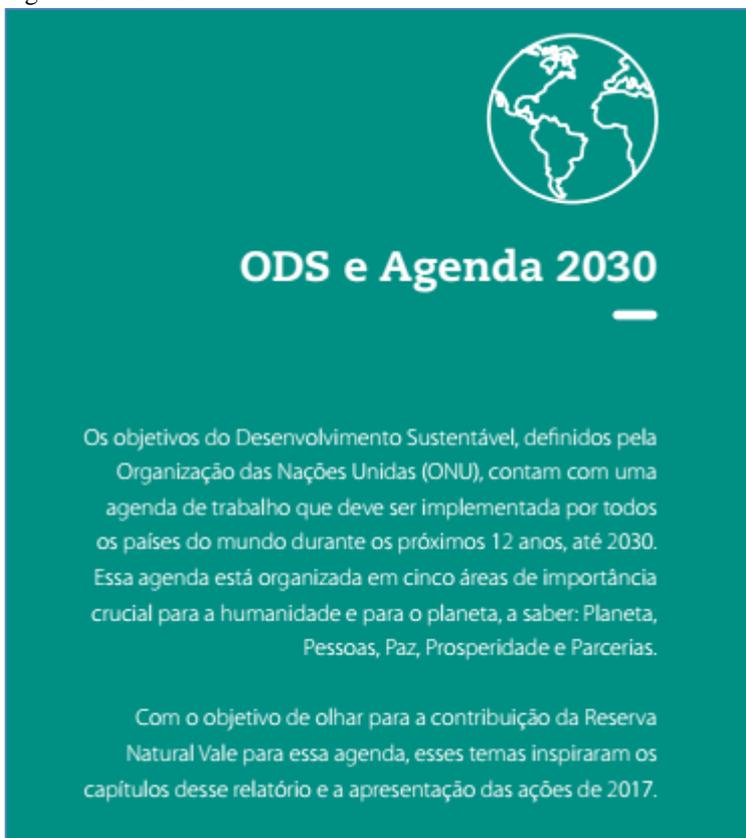
Figura 12 – Capas dos relatórios anuais da RNV de 2016 a 2018



Fonte: RNV, 2019.

Quanto ao critério 1.5, a RNV baseou os capítulos do seu relatório anual de 2017 nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, como mostra a Figura 13.

Figura 13 – ODS em relatório anual



Fonte: Relatório anual RNV, 2017

Em relação à integração das reservas com outras unidades de conservação (1.7), a RNV está associada à Reserva Biológica de Sooretama, duas RPPN e outros fragmentos de mata, que juntos, compõe o Complexo Florestal Linhares-Sooretama. Ações resultantes desta parceria são citadas diversas vezes em relatórios, segue uma delas.

A rica diversidade de espécies de animais encontradas no Complexo Florestal Linhares-Sooretama faz com que essa região seja alvo constante de caçadores. Por conta disso, a Reserva Natural Vale mantém os setores de Proteção Ecológica e de Segurança Patrimonial, que atuam em colaboração com a Reserva Biológica (ReBio) de Sooretama, gerenciada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), área contígua à RNV. Essa parceria tem como objetivo não apenas combater a ação de caçadores, mas também realizar a coleta de espécimes da fauna e da flora, além de evitar o roubo de madeira e registrar ocorrências de incêndios (RELATÓRIO ANUAL RNV, 2017).

Quadro 3 – *Accountability*, LA

		<i>Accountability</i>		
	<b>Critério</b>	<b>Evidência</b>	<b>Fonte</b>	<b>Avaliação</b>
	<b>Critério</b>	<b>Legado das Águas</b>	<b>Fonte</b>	
1.9	Transparência	Relatórios publicados anualmente	1	B
1.10	Sistema de governança participativo e inovador			s/r
1.11	Respeito em relação ao dever com o <i>stakeholders</i>	Reporte aos <i>stakeholders</i> por meio da entrega dos relatórios anuais	6	C
1.12	Cumprimento de normas legislativas nos âmbitos: federal; estadual; regional; municipal.	Implementação de sistema de gestão de requisitos legais aplicados ao Legado	5	A
1.13	Não transgressão as diretrizes dos Direitos Humanos	Não	7	B
1.14	Zelo pelo ambiente econômico de onde se insere	Investimento em programas sociais como ReDes e Empreende Tapiraí, auxílio na formação de políticas públicas e planos municipais de fomento à economia local.	1	A
1.15	Integração da unidade de conservação com as demais unidades e espaços territoriais especialmente protegidos e com o seu entorno	Parceria entre o Legado das Águas e o Parque Estadual Jurupará; Inclusão do Legado na Grande Reserva Mata Atlântica	2; 4	B
1.16	Esforço para compatibilizar os interesses dos diversos segmentos sociais relacionados com a unidade	Encontros para trazer os desafios e oportunidades da comunidade e relacioná-los com os da empresa	2; 3	A

Fonte: Autora, 2019.

Legenda: D – desempenho ínfimo; C – desempenho razoável; B – desempenho satisfatório; A – desempenho exímio; n/a – não se aplica; s/r – sem resposta. 1 – sites institucionais; 2 – documentos internos; 3 – entrevistas; 4 – relatórios anuais; 5 – consultorias; 6 – stakeholders; 7 – outros.

O primeiro critério, referente à transparência (1.9), é contemplado pelo LA, que também disponibiliza relatórios anuais. A página do *site* institucional que dá acesso aos relatórios, como pode ser observado nas Figura 14 e Figura 15. Os materiais exibem os programas e atividades desenvolvidos, medidas de proteção ambiental, menciona pesquisas sobre fauna e flora, parcerias, dados qualitativos sobre a área e atividades oferecidas para visitantes. Como na RNV, observa-se a intenção de aproximação por parte da reserva por conta do viés explicativo do documento, que apresenta de forma didática o desenvolvimento da área protegida, principalmente com dados qualitativos, mapas e registros fotográficos.

Figura 14 – Página de acesso aos relatórios anuais do LA



Fonte: Site institucional LA, 2019.

Figura 15 – Capas dos relatórios anuais do LA de 2015 a 2018



Fonte: Site institucional LA, 2019.

No tocante ao respeito com os *stakeholders* (1.11), o LA afirmou, pelo preenchimento dos critérios, a realização de entrega de relatórios anuais para esses, o que demonstra comprometimento com os laços institucionais estabelecidos. Essa informação foi adquirida pela colaboração direta da gestão da reserva, e pode ser conferida através do acesso às plataformas digitais das reservas.

Conectado ao critério de cumprimento de normas legislativas (1.12), o LA informou que implementou um sistema de gestão de requisitos legais, para que seja garantida a regulamentação da reserva perante o poder público. A implementação desse sistema mostra convergência entre as diretrizes da reserva e do poder público para funcionamento da área de proteção. O cumprimento desse critério pode ser indicado pelo Protocolo de Intenções, firmado entre a Reserva e a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo em 2012 e revalidado em 2015.

Esse sentimento [orgulho] tornou-se ainda mais forte quando, em dezembro de 2015, foi revalidado o protocolo de intenções que havíamos assinado em 2012 com a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo para a criação da Reserva Votorantim – Legado das Águas. O protocolo prevê a nossa ação voluntária de manutenção dessa área por meio de um plano de gestão, do estabelecimento de um conselho gestor multidisciplinar, além de estudos científicos e acadêmicos, ações de educação ambiental, ecoturismo, preservação de espécies ameaçadas de extinção e desenvolvimento socioeconômico da região (LEGADO DAS ÁGUAS, 2015).

Em relação ao critério de respeito aos direitos humanos (1.13), há indicações sobre o tema em documentos internos e utilização de métricas da própria instituição, e baseado nisso, a reserva da Votorantim afirma respeitar os direitos humanos. Essa informação pode ser checada no relatório anual de 2018, na Figura 16, onde a página 7 trata sobre o assunto dos ODS, que por sua vez, incluem os Direitos Humanos.

Figura 16 – Página no relatório anual de 2018 sobre ODS

# ODS, PARA ALÉM DE COMPROMISSO

por *Friêla Rezende*,  
gerente executiva da Reservas Votorantim

Em 2015, a ONU lançou os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS (figura 1) com o propósito de determinar o curso global de ação e compromisso para, além de proteger o meio ambiente e enfrentar as mudanças climáticas, erradicar a pobreza e promover prosperidade e bem-estar para os quase 8 bilhões de seres humanos que habitarão o planeta até 2030.

A leitura que se pode fazer é que não há desenvolvimento social sem conservação de recursos naturais e seu uso/distribuição equilibrados; e, conseqüentemente, não há prosperidade (desenvolvimento econômico) sem equidade social. A interdependência é clara.

**US\$ 109 BILHÕES EM ATIVOS A SEREM DESCOBERTOS NA FLORESTA, SE PROTEGERMOS A BIODIVERSIDADE**

Há décadas, biólogos, ecólogos, climatólogos, entre outros pesquisadores, que usam dados ambientais como base de pesquisa, vêm apontando que impactos de larga escala podem comprometer o acesso a recursos naturais em níveis que podem acelerar a desigualdade social e, conseqüentemente, econômica. O Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês), criado em 1988, vem demonstrando de que forma as mudanças climáticas afetam a temperatura global e impactam negativamente, por exemplo, culturas agrícolas, florestas e oceanos.

Quanto à biodiversidade, cerca de 0,1% das espécies conhecidas foi responsável pelo desenvolvimento humano. Ainda assim, conhecemos aproximadamente 2 milhões de espécies, sendo que se estima que existam de 10 milhões a 100. Desmatamento, mudanças no clima, escassez hídrica e perda de habitat levam cerca de 15 mil espécies à extinção por ano. E 57% de toda a prescrição médica nos EUA deriva de componentes da biodiversidade.

**OS 17 OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) MARCAM A POSIÇÃO DA ONU A FAVOR DO CRESCIMENTO ECONÔMICO COM BEM-ESTAR SOCIAL E RESPEITO AO MEIO AMBIENTE**

Muito embora enfrentemos constantes crises econômicas mundiais, ainda assim muitas pessoas continuam não compreendendo a relação direta existente entre economia, bem-estar social e meio ambiente. Desde que foram lançados, os ODS têm ajudado mais pessoas e governos a compreender essa intrincada relação.

Em 2016, Johan Rockström, chairman do EAT Advisory Board, e Pavan Sukhdev, fundador e CEO da Cist Advisory, apresentaram uma interpretação interessante dos ODS na abertura do EAT Forum. Essa interpretação, batizada de bolo de noiva (wedding cake) (figura 2), ressalta a importância de se ter como base os serviços ecossistêmicos (e recursos naturais protegidos) e funcionais.

figura 1

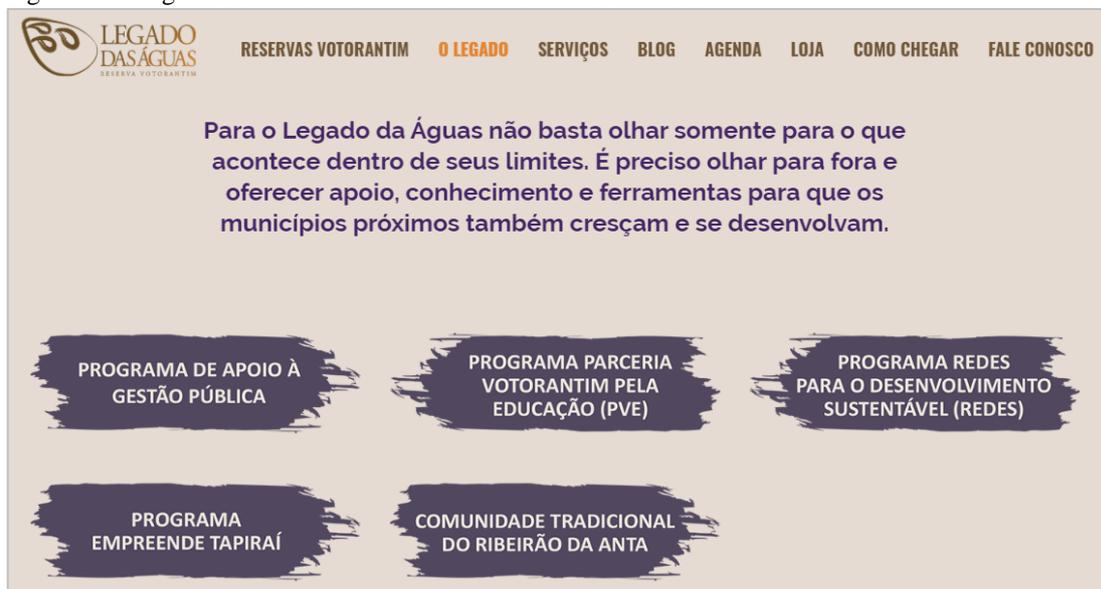


The figure shows a grid of 17 icons representing the Sustainable Development Goals (ODS). The icons are arranged in two rows: the first row contains goals 1 through 9, and the second row contains goals 10 through 17. Each icon is a small square with a white background and a colored border, containing a white symbol that represents the goal. The colors of the icons are: 1 (red), 2 (orange), 3 (green), 4 (blue), 5 (red), 6 (blue), 7 (yellow), 8 (orange), 9 (orange), 10 (purple), 11 (orange), 12 (green), 13 (blue), 14 (blue), 15 (green), 16 (blue), 17 (blue). The last icon in the second row is labeled 'OBJETIVOS SUSTENTÁVEL'.

Fonte: Relatório anual, 2018.

Referente ao zelo pelo ambiente econômico (1.14), o LA realiza colaborações com as prefeituras ao redor da sua área, auxiliando na elaboração de políticas públicas e planos municipais de fomento à economia, além de investir em projetos das próprias cidades, como Empreende Tapiraí e o projeto ReDes, desenvolvido pelo Instituto Votorantim, organização responsável pelo aspecto social das filiais da Votorantim S.A (Figura 17).

Figura 17 – Página sobre desenvolvimento territorial do *site* do LA



Fonte: *Site* institucional LA, 2019.

Sobre a integração com outras unidades de conservação (1.15), o LA estabeleceu uma parceria com o Parque Estadual de Jurupará, obtendo um termo de uso, e passou a integrar a Grande Reserva da Mata Atlântica. Essa informação pôde ser checada pelo termo de autorização de uso para realização de atividades turísticas no Parque Estadual do Jurupará, firmado em 2018 e que permite à reserva o desenvolvimento de atividades de: trilha de bicicleta; trilha para cachoeiras; *rafting*; *trekking* e trilha para mirante. Nesse caso, observa-se, além da preocupação da reserva em estabelecer parcerias como estratégia de proteção da sua extensão e áreas de amortecimento, o interesse em desenvolver atividades turísticas pagas em território externo.

No critério relacionado a esforço de compatibilização de interesses entre empresa e segmentos sociais (1.16), o LA afirmou a promoção de encontros onde a comunidade expõe seus desafios e oportunidades e há um exercício de relacioná-los com os desafios e oportunidades da reserva, entretanto essa informação não pôde ser conferida em nenhuma mídia ou documento de acesso público. Contudo, no *site* institucional da Reserva Legado das Águas, foram encontradas outras iniciativas de compatibilização de interesses, sendo algumas delas:

[Apoio à gestão pública] Desde 2014, o Legado das Águas desenvolve em Juquiá, Miracatu e Tapiraí o Programa de Apoio à Gestão Pública (AGP), fruto da parceria entre o

Instituto Votorantim e o Banco Nacional do Desenvolvimento Social (BNDES). O programa foi dividido em três fases: diagnóstico, equilíbrio financeiro e fiscal e ordenamento territorial.

[Empreende Tapiraí] O programa foi idealizado pelo Legado das Águas para incentivar o empreendedorismo em Tapiraí, levando em conta as características e peculiaridades da economia local. Em 2016 foram realizadas as primeiras capacitações envolvendo cerca de 30 pessoas. Depois, ao longo de 2017, foram escolhidos os melhores projetos para receber conhecimentos importantes na área de gestão de negócios, formação de lideranças e assessoria técnica. Ao final do processo, os empreendedores (...) receberam um recurso inicial para começar ou alavancar o negócio (LEGADO DAS ÁGUAS, 2019).

## 4.2.2 Gestão interna

Quadro 4 – Gestão interna RNV

Gestão interna				
	Critério	Evidência		Avaliação
	Critério	Reserva Natural da Vale	Fonte	
2.1	Conselho instituído			s/r
2.2	Conselho com participação de membros da: academia; turismo; órgãos ambientais...			s/r
2.3	Regimento interno e ele é cumprido			s/r
2.4	No regimento está previsto o investimento na comunidade	Atividades educativas na reserva em parceria com escolas da rede pública local.	4	B
2.5	No regimento interno a comunidade é citada como um elemento relevante			s/r
2.6	Utilização de políticas baseadas em pesquisa e monitoramento	Equipe de monitoramento		B
2.7	As ações de responsabilidade social desempenhadas são ferramentas para a empresa matriz aumentar seu valor social			s/r

Fonte: Autora, 2019.

Legenda: D – desempenho ínfimo; C – desempenho razoável; B – desempenho satisfatório; A – desempenho exímio; n/a – não se aplica; s/r – sem resposta. 1 – sites institucionais; 2 – documentos internos; 3 – entrevistas; 4 – relatórios anuais; 5 – consultorias; 6 – stakeholders; 7 – outros.

Referente ao investimento na comunidade (2.4), a RNV desenvolve atividades educativas em parceria com a rede pública de ensino, embora não esteja claro se estas atividades estão previstas em regimento. A informação foi conferida no relatório anual de 2018.

Em 2018, foram quase 16 mil participações nas ações de Educação Ambiental promovidas pela equipe da RNV. Um dos destaques do ano foi a 7ª edição do Programa Atitude Ambiental - Áreas Protegidas, que faz parte do Programa de Educação Ambiental (PEA) da RNV. Participaram as escolas municipais Álvaro Marques de Oliveira e Pedro Balbino de Menezes, localizadas no município de Sooretama (ES). Ao todo, participaram 226 participantes, sendo 211 alunos da 4ª série do ensino fundamental (8 turmas) e 15 professores (RELATÓRIO ANUAL RNC, 2018, p. 22)

Sobre a utilização de políticas baseadas em pesquisa e monitoramento (2.6), a RNV fica em constante alerta para a situação de incêndios, comuns na região por fatores como flora e clima.

A RNV desenvolve várias ações preventivas nesse tema. Além realizar monitoramento constante por meio de rondas periódicas e avaliar focos de incêndios com uso de drone, também busca melhorar a capacidade de atuação de sua equipe nessas ocorrências. Para isso, foi realizado entre 19 e 21 de setembro o treinamento de Brigada de Combate a Incêndio Florestal e Brigada Auxiliar de Emergência.

Participaram dos treinamentos empregados Vale e de empresas contratadas, tendo sido capacitadas 44 pessoas (RELATÓRIO ANUAL RNV, 2017, p. 21).

Quadro 5 – Gestão interna LA

Gestão interna				
	Critério	Evidência	Fonte	Avaliação
	<b>Critério</b>	<b>Legado das Águas</b>		
2.8	Conselho instituído	Sim, porém está inativo.	3	D
2.9	Conselho com participação de membros da: academia; turismo; órgãos ambientais...	Sim, porém está inativo.	3	D
2.10	regimento interno e ele é cumprido	O sistema de gestão implementado prevê procedimentos que regem a operação do LA	2; 3	B
2.11	No regimento está previsto o investimento na comunidade	Todas as empresas da Votorantim trabalham com o público externo, norteadas pelos princípios do DNA social do grupo.	2; 3	B
2.12	No regimento interno a comunidade é citada como um elemento relevante	O regimento está no plano estratégico de gestão do Legado das Águas	2; 3	B
2.13	Utilização de políticas baseadas em pesquisa e monitoramento	Sim, no sistema de proteção de fauna e flora.	2; 3	DE
2.14	As ações de responsabilidade social desempenhadas são ferramentas para a empresa matriz aumentar seu valor social	Sim, uma vez que o modelo de negócios da empresa tem como core business o desenvolvimento do território atrelado ao desenvolvimento do negócio.	2;3	B

Fonte: Autora, 2019.

Legenda: D – desempenho ínfimo; C – desempenho razoável; B – desempenho satisfatório; A – desempenho exímio; n/a – não se aplica; s/r – sem resposta. 1 – sites institucionais; 2 – documentos internos; 3 – entrevistas; 4 – relatórios anuais; 5 – consultorias; 6 – stakeholders; 7 – outros.

O campo sobre gestão interna tem seus dois primeiros tópicos relacionados à existência de um conselho (2.8) e a diversidade em sua composição (2.9). O LA afirmou a existência e diversidade deste, porém ressaltou a inatividade do mesmo, além de deixar claro que não existem documentos sobre sua instituição.

Referente ao investimento na comunidade (2.11), o plano estratégico do LA prevê investimentos na estruturação do território, por entender a reserva como um dos atores locais. A informação não pôde ser conferida, pela autora não ter obtido autorização de acesso aos documentos internos.

Sobre o regimento interno citar a comunidade como elemento relevante (2.12), o LA trabalha seguindo os princípios determinados pela sua empresa matriz, chamados de "DNA social". No site institucional do Instituto Votorantim, foi possível constatar a existência do DNA.

- a estreita correlação do core business de cada empresa e sua dimensão social;
- o respeito aos valores da Votorantim e o cuidado com a coerência nas atitudes de negócio;

- o compromisso com a construção de um legado, o reforço aos vínculos com as comunidades nos locais de atuação e o empoderamento dessas comunidades;
- a diversidade dos negócios (modelo, setor, localização) como elemento a ser considerado na atuação social;
- a visão de efetividade e excelência que deve fazer parte da gestão social com foco nos impactos positivos a serem gerados e consolidados em longo prazo;
- o papel do Instituto Votorantim no suporte à concretização do DNA em ações (INSTITUTO VOTORANTIM, 2019).

O plano de manejo (2.5) do LA está contemplado no Plano Estratégico de Gestão, que orienta a administração da área no desenvolvimento de suas atividades, estabelecimento de prioridades e investimentos na estruturação do território, uma vez que, segundo a gestão, a reserva compreende que não é uma organização isolada, e sim um dos atores locais. Essa informação não pôde ser checada, o acesso foi obtido pela colaboração direta da gestão da reserva com essa pesquisa.

Sobre a utilização de políticas baseadas em pesquisa e monitoramento (2.13), o LA usa de pesquisas e monitoramento, principalmente, nas suas ações de proteção à flora, no relatório anual de 2018 consegue-se ressaltar alguns pontos de interesse específico da reserva, como:

[...] Pesquisar as borboletas é fundamental por vários aspectos ecológicos. Algumas espécies, por exemplo, são indicadoras da qualidade do hábitat, em especial sobre o tipo de vegetação. “Desta forma, podemos saber se um hábitat está bem preservado ou se foi muito alterado ou fragmentado a partir das espécies que ocorrem no local e da abundância de indivíduos”, explica Laura Braga, bióloga e doutora em Ecologia.

Como forma de avançar no estudo e monitoramento das onças, em abril uma onça-pintada e uma parda foram capturadas em Juquiá para monitoramento. Cada uma delas recebeu um rádio-colar, equipamento que envia, por meio de GPS, dados sobre seus hábitos na natureza (RELATÓRIO ANUAL LA, 2018).

No último critério, uso da RSC como ferramenta para atingir lucro (2.14), o LA afirma que as ações de RSC desempenhadas são fatores que contribuem para o aumento do lucro da VOTORANTIM S.A., uma vez que se atrela o desenvolvimento do território ao desenvolvimento da empresa. A única fonte desta informação foi a colaboração direta gestão da reserva no preenchimento das planilhas.

## 4.2.3 Proteção ambiental

Quadro 6 – Proteção ambiental RNV

Proteção ambiental				
	Critério	Evidência	Fonte	Avaliação
	Critério	Reserva Natural da Vale	Fonte	
3.1	Sistemas ou atividades de proteção da biodiversidade	Serviço de proteção ecossistêmica; veículo e equipamentos para conter incêndios.	4	DE
3.2	Sistemas de recuperação de ecossistemas degradados	Projetos de restauração florestal; retirada de árvores mortas, plantio de grama e mudas, manutenção da área de ronda.	4	DE
3.3	Uso sustentável dos ecossistemas terrestres	Criação de viveiro de mudas, que são utilizadas para fins de reflorestamento.	4	DE
3.4	Promoção da utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento	Classificação como Posto Avançado da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, desde 2008.	4	A
3.5	Plano de manejo	Criação do Plano Diretor de Uso da Reserva Florestal de Linhares.	7	A
3.6	Inclusão da zona de amortecimento no plano de manejo	Projeto para recuperação de nascentes e matas ciliares em Sooretama.	4	A
3.7	Sistema ou atividade de monitoramento ambiental	Mantimento de serviço de proteção ecossistêmica; drones para monitoramento.	4	A
3.8	Valorização econômica da diversidade biológica	Comercialização de serviços e estruturas de hospedagem e eventos	1	A
3.9	Valorização social da diversidade biológica	Abertura para uso público; espaço para visitantes.	1	A
3.10	Apoio da comunidade para o desenvolvimento sustentável			s/r

Fonte: Autora, 2019.

Legenda: D – desempenho ínfimo; C – desempenho razoável; B – desempenho satisfatório; A – desempenho exímio; n/a – não se aplica; s/r – sem resposta. 1 – sites institucionais; 2 – documentos internos; 3 – entrevistas; 4 – relatórios anuais; 5 – consultorias; 6 – stakeholders; 7 – outros.

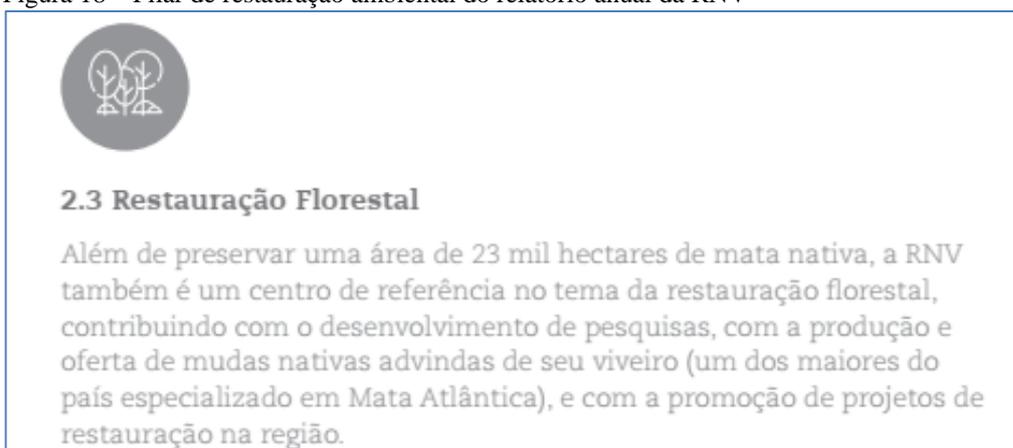
No âmbito da preservação e/ou conservação ambiental, especificamente no critério de sistemas e atividades de preservação da biodiversidade (3.1), em seus relatórios anuais, a RNV afirma manter serviços de proteção ecossistêmica, contando com uma equipe de seguranças que circula pelas áreas fronteiriças da propriedade. O objetivo dessa equipe é evitar incêndios, caça irregular, coleta irregular de flora e outras atividades que venham a comprometer o estado natural da reserva. Também houve a aquisição de veículos e equipamentos para contenção de incêndios.

a Reserva Natural Vale mantém os setores de Proteção Ecossistêmica e de Segurança Patrimonial [...]. Entre as ações desenvolvidas estão campanhas para combate à caça de animais silvestres e à invasão de terra, além da prevenção e controle de incêndios prevenção.

Em 2018 a RNV adquiriu um caminhão bombeiro com equipamentos modernos para apoio às ações de combate a incêndios, tanto na Reserva Natural Vale, quanto na Reserva Biológica (ReBio) de Sooretama (RELATÓRIO ANUAL RNV, 2018)

Em relação à recuperação de ecossistemas degradados (3.2), no relatório de 2018 da reserva de Linhares, é colocado como um dos pilares de gestão a restauração florestal, como observa-se a referência do relatório na Figura 18. Neste pilar estão descritas atividades como: plantio de mudas; retirada de árvores mortas; plantio de grama; manutenção periódica da área de ronda do sistema de proteção.

Figura 18 – Pilar de restauração ambiental do relatório anual da RNV



Fonte: Relatório anual da RNV, 2018.

Relacionado ao uso sustentável do ecossistema terrestre (3.3), a RNV tem seu herbário como referência dentro e fora do Brasil, pois, além de permitir a ocorrência de pesquisas na área, realiza intercâmbios com outros herbários, segundo o relatório anual de 2017. A Figura 19, mostra as interações do herbário.

Figura 19 – Mapa de trocas do herbário da RNV/CVRD com outras instituições



Fonte: Relatório anual da RNV, 2017.

Tangenciando o critério de promoção da utilização dos valores de conservação no desenvolvimento da reserva (3.4), a RNV é reconhecida como Posto Avançado da

Reserva da Biosfera da Mata Atlântica de Tabuleiro, uma classificação concedida pela UNESCO para áreas protegidas que exercem/promovem o conhecimento, desenvolvimento sustentável e conservação. No relatório de 2017, pode-se encontrar essa informação, “A Reserva Natural Vale foi reconhecida em 2008 como Posto Avançado da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica do Programa MaB da Unesco, devido à importância de sua área para a conservação da flora e da fauna do bioma (RELATÓRIO ANUAL DA RNV, 2017, p. 57)”.

Quanto à questão do plano de manejo da área protegida (3.5), segundo Kierulff, 2015, a RNV possui um Plano Diretor de Uso da Reserva Florestal de Linhares, estabelecido em 1998, que oferece diretrizes para o desenvolvimento das atividades cotidianas do perímetro.

Sobre o critério de inclusão da zona de amortecimento no plano de manejo (3.6), a RNV trabalha no desenvolvimento de projetos para recuperação de nascentes e matas ciliares de Sooretama, objetivando a inibição dos efeitos da crise hídrica que permeia a região, como descrito no relatório anual de 2018,

[...] o projeto do “Rio Pau Atravessado: protegendo nascentes e matas ciliares”, desenvolvido pela RNV para recuperar nascentes e matas ciliares, foi um dos 15 escolhidos como referência para resolução de problemas da sociedade, entre 91 inscritos [iniciativa Soluções baseadas na natureza para atender demandas da sociedade, da Fundação O Boticário] (RELATÓRIO ANUAL RNV, 2018, p. 20).

No critério de atividade ou sistema de monitoramento (3.7), a RNV mantém um serviço de proteção ecossistêmica, composto por uma equipe de seguranças, cuja ronda é feita nas áreas fronteiriças da reserva, com o intuito de evitar incêndios, caça e coleta irregular de fauna e flora, além da aquisição de *drones* para monitoramento aéreo (RELATÓRIO ANUAL RNV, 2018, pág. 11).

Em relação à valorização econômica da biodiversidade (3.8), há a oferta de serviços de eventos e hospedagem, como se observa na Figura 20, do *site* institucional.

Figura 20 – Página de divulgação e promoção das atividades da RNV



Fonte: Site institucional RNV, 2019.

Sobre a valorização social da biodiversidade (3.9), a RNV se mantém aberta ao público, contando com um centro de visitantes, restaurantes e espaço expositivo, como afirmado em relatório anual.

Figura 21 – Valorização social da biodiversidade RNV

**3.1 Visitação**

Aumentar o número de visitantes significa dar acesso à conscientização ambiental e contato com a natureza a um número maior de pessoas.

**3.2 Hotelaria**

Para garantir sua sustentabilidade e cumprir sua missão de conservação ambiental, melhorando a arrecadação financeira, a Reserva Natural Vale oferece serviços de hotelaria e receptivo de eventos para os visitantes. Dessa forma, consegue diminuir os investimentos necessários para sua manutenção, feitos por sua mantenedora (a Vale), ao mesmo tempo que estimula a prosperidade local com uso da mão de obra e oferta de serviços.

**3.3 Promoção de eventos**

Possibilitar uma vivência diferenciada, num espaço de rica beleza natural, é o objetivo da RNV ao abrir sua área para a realização de eventos. Ao mesmo tempo que promove ações lúdicas, esportivas ou mesmo corporativas, usa seus atrativos naturais para sensibilizar seus visitantes sobre a importância da conservação ambiental.

**4.3 Investimentos em infraestrutura**

Uma área de 23 mil hectares de Mata Atlântica, com infraestrutura robusta de uso público, incluindo centro de visitantes, hotel, piscina, auditórios, restaurantes, além de outras instalações como viveiro de mudas, trilhas e estradas de acesso, demanda constantes investimentos de manutenção e melhorias. Além disso, mantém infraestrutura móvel (diferentes veículos) que dão suporte às ações.

Fonte: Relatório anual RNV, 2017.

Quadro 7 – Proteção ambiental LA

Proteção ambiental				
	Critério	Evidência		Avaliação
	Critério	Legado das Águas	Fonte	
3.11	Sistemas ou atividades de proteção da biodiversidade	Monitoramento da área	7	A
3.12	Sistemas de recuperação de ecossistemas degradados	Não se aplica		n/a
3.13	Uso sustentável dos ecossistemas terrestres	Sim, por meio do modelo de negócio da nova economia, o qual visa gerar receita para a empresa, enquanto mantém a floresta em pé e contribui para o desenvolvimento do território.	2; 3	A
3.14	Promoção da utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento	Classificação como Posto Avançado da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.	2; 3	A
3.15	Plano de manejo	O plano estratégico de gestão contempla o plano de manejo da reserva.	2; 3	A
3.16	Inclusão da zona de amortecimento no plano de manejo	Zona de amortecimento inclusa no perímetro da reserva.	2; 3	A
3.17	Sistema ou atividade de monitoramento ambiental	Equipe contratada com monitores ambientais	2; 3	A
3.18	Valorização econômica da diversidade biológica	Valorização do serviço de manutenção da qualidade da água, redução do assoreamento e retenção de carbono	2; 3	A
3.19	Valorização social da diversidade biológica	Elaboração do Plano de Turismo Integrado Regional de; Case da Comunidade Cabocla do Ribeirão da Anta.	1	B
3.10	Apoio da comunidade para o desenvolvimento sustentável	Mobilizações para ações de Educação Ambiental no território; articulação para implementação de programas socioambientais.	4; 7	B

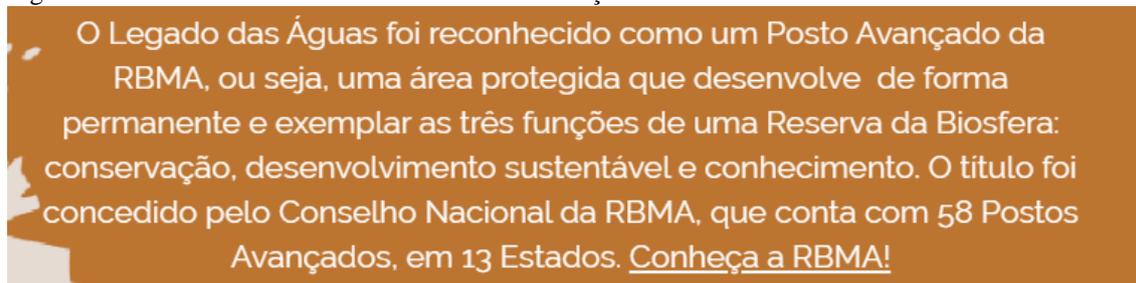
Fonte: Autora, 2019.

Legenda: D – desempenho ínfimo; C – desempenho razoável; B – desempenho satisfatório; A – desempenho exímio; n/a – não se aplica; s/r – sem resposta. 1 – sites institucionais; 2 – documentos internos; 3 – entrevistas; 4 – relatórios anuais; 5 – consultorias; 6 – stakeholders; 7 – outros.

Em relação aos sistemas e atividades de proteção ambiental (3.11), o LA que é feito o monitoramento da área protegida. Segundo um registro no relatório anual de 2017, “Mensalmente, as equipes fazem a ronda em todo o perímetro do Legado e percorrem as trilhas internas em busca de sinais de caçadores e palmiteiros. Essas ocorrências são fotografadas e, quando necessário, comunicamos a polícia ambiental” (RELATÓRIO ANUAL LA, 2017, p. 33).

Passando para o critério de promoção da utilização dos valores de conservação no desenvolvimento da reserva (2.4), o LA é, assim como a RNV, reconhecido como Posto Avançado da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, a classificação concedida pela UNESCO para áreas protegidas que realizem atividades em relação ao conhecimento, desenvolvimento sustentável e conservação, como mostra a Figura 22.

Figura 22 – Reconhecimento do LA como Posto Avançado da Reserva da Biosfera Mata Atlântica



Fonte: Site institucional LA, 2019.

O plano de manejo (3.15) do LA está contemplado no Plano Estratégico de Gestão, que orienta a administração da área no desenvolvimento de suas atividades e estabelecimento de prioridades, segundo a gestão da reserva.

O critério relacionado à inclusão das áreas de amortecimento no plano de manejo (3.16) é contemplado pelo LA, na medida em que a zona de amortecimento faz parte da área privada e complementa o perímetro da reserva. Quando a Votorantim S.A. fez as aquisições territoriais da área, já havia a intenção de proteger e preservar a mata e a bacia hidrográfica, como relatado no site institucional, “a empresa pretendia conservar a cobertura vegetal para garantir, no longo prazo, a disponibilidade hídrica da região, onde estão sete usinas hidrelétricas – hoje operadas pela Votorantim Energia (SITE INSTITUCIONAL LA, 2019)”.

Correspondente ao critério de sistemas ou atividades de monitoramento (3.17), o LA possui uma equipe de monitores ambientais, responsáveis pelo monitoramento do perímetro aéreo, “Mensalmente, as equipes fazem a ronda em todo o perímetro do Legado e percorrem as trilhas internas em busca de sinais de caçadores e palmiteiros (RELATÓRIO ANUAL LA, 2018, pág. 15)”.

No que diz respeito à valorização econômica da diversidade biológica (3.18), o LA realizou um estudo para valorar o serviço de manutenção da água, redução do assoreamento e retenção de carbono. Essa informação não pôde ser conferida devido a falta de tempo hábil para esclarecimento de dúvidas sobre a colaboração da gestão da reserva com a tabela. Embora, sobre o mesmo aspecto, foi encontrada a informação de que a reserva adotou um modelo de negócios que objetiva gerar lucro para a empresa enquanto preserva a sua floresta. Uma medida tomada pela reserva é a atividade de

compensação ambiental, no relatório de 2018 há uma entrevista com a Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Patrícia Iglecias, citada abaixo.

No estado de São Paulo muitos proprietários rurais preservaram áreas nativas acima dos percentuais exigidos pela lei. Com isso, eles passaram a ter um excedente de área preservada, o que lhes permite oferecer parte desse excedente a outro proprietário que precisa se adequar à lei. A isso damos o nome de compensação. É o caso do Legado das Águas, que tem uma área preservada muito além dos 20% (RELATÓRIO ANUAL LA, 2018, p. 38).

Sobre a valorização social (3.19), pelo LA, houve a elaboração de um Plano de Turismo Integrado Regional de Juquiá, Miracatu e Tapiraí, além do *case* da Comunidade Cabocla do Ribeirão das Antas, embora só tenham sido encontrados registros de ciclo de capacitação e oficinas sobre o plano de turismo, publicado no site institucional do Legado das Águas,

[...] o Legado das Águas, maior reserva privada de Mata Atlântica do país, dá continuidade aos projetos de atuação social voltados para o desenvolvimento do turismo sustentável no Vale do Ribeira e inicia em julho as atividades do 1º Ciclo de Capacitação de Gestão Pública em Turismo, um desdobramento do Plano de Turismo Integrado Regional (PTIR) nas cidades de Juquiá, Miracatu e Tapiraí. O plano é um dos resultados do Programa de Apoio à Gestão Pública (AGP), uma parceria entre o Legado das Águas, o Instituto Votorantim e o Banco Nacional do Desenvolvimento Social - BNDES (SITE INSTITUCIONAL LA, 2018).

Sobre o *case* da Comunidade Cabocla do Ribeirão das Antas, há um registro considerável do site institucional do Legado das Águas, do qual pode-se retirar o seguinte fragmento,

[...] a Reserva também lançou um livro sobre a Comunidade Cabocla do Ribeirão da Anta. “Os moradores da comunidade foram muito generosos em compartilhar suas histórias conosco. O livro é um fruto dessa parceria, reunindo o resgate histórico e cultural do Ribeirão da Antas. É um marco não só para própria comunidade, como para o Estado de São Paulo, porque é um registro da identidade paulista, que tem muito da cultura cabocla e que está se perdendo. Para o Legado das Águas foi uma honra poder testemunhar o respeito e união presente nessa comunidade”, diz David Canassa, diretor da Reservas Votorantim (SITE INSTITUCIONAL LA, 2018).

No tópico referente ao apoio comunitário para desenvolvimento sustentável (3.20), o LA realiza mobilizações para ações de educação ambiental no território da reserva, além de promover a articulação para implementação de programas socioambientais, como descrito em relatório anual. Alguns desses programas podem ser observados na Figura 23.

Figura 23 – Atividades de educação ambiental

**Biodiversidade**

**3 água**

De 20 a 23 de março, durante a **Semana do Dia Mundial da Água**, cerca de 11 mil alunos de uma escola municipal de Juquiá, uma estadual e quatro municipais de Tapirai participaram de palestras relacionadas ao tema.

Nos dias 26 e 27, em comemoração ao aniversário do município de Juquitiba e ao **Dia Mundial da Água**, foi organizada a exposição **Floresta Viva**. Cerca de 300 crianças acompanharam a palestra do fotógrafo Luciano Candisani. No total, aproximadamente 400 pessoas passaram pela exposição.

No dia 8 de maio, em comemoração à **Semana do Meio Ambiente** e em parceria com a Coordenadoria de Meio Ambiente de Piedade, a ETEC do município recebeu a palestra **Serpentes da Mata Atlântica**, ministrada por Giuseppe Puerto, diretor do Instituto Butantan.

No dia 16, em comemoração ao **Dia da Biodiversidade** e ao **Dia da Mata Atlântica**, a mesma palestra aconteceu na EMEF Profª Enir da Silva, em Tapirai.

No dia 17, também para celebrar o Dia da Biodiversidade e o Dia da Mata Atlântica, Giuseppe Puerto falou na EMEF José de Moura Glasser, em Tapirai.

**5 meio ambiente**

Nos dias 11 e 12 de junho, os alunos das escolas municipais de educação infantil Profª Benedito Pires da Cunha e Vereador Vanderlei Júlio da Costa, ambas de Tapirai, assistiram a uma palestra sobre a **importância da biodiversidade para a Mata Atlântica**.

No dia 29, em comemoração à **Semana do Meio Ambiente** e em parceria com a Polícia Ambiental de Registro, o Legado realizou uma palestra na Escola Serraria.

**manejo**

Em 27 de julho foi realizada uma interação com funcionários do próprio Legado das Águas. Os responsáveis pela separação dos resíduos orgânicos da reserva participaram de um **treinamento sobre manejo do minhocário**.

**árvore**

Dia 5 de setembro, aproveitando as comemorações ao **Dia da Árvore**, foi realizada em duas escolas municipais de ensino infantil de Tapirai a palestra **Metamorfose das Borboletas**, em parceria com o Instituto Butantan.

**8 simpósio**

Nos dias 14, 15 e 16 de agosto, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, foi realizado o **1º Simpósio de Meio Ambiente de Tapirai**. Durante os três dias do evento, pesquisadores parceiros do Legado e membros da comunidade debateram sobre diversos temas ambientais. Na ocasião, também foi montada a exposição **Floresta Viva**, com imagens do fotógrafo Luciano Candisani.

**10 conservação**

Em 20 de agosto, o Legado esteve presente em uma reunião no município de Registro ao lado de diversos representantes do **Comitê da Bacia do Ribeira de Iguape e Litoral Sul** e membros de parques estaduais da região. O objetivo da conversa foi definir a programação da **2ª Semana do Dia da Árvore**, que seria realizada em setembro em várias cidades do Vale do Ribeira.

Dia 11 de outubro, a Escola Municipal Bairo Alvorada, em Miracatu, recebeu a palestra **Importância da Conservação da Mata Atlântica para a Biodiversidade**.

Dia 13, o Legado esteve presente na **Feira de Profissões**, a convite da **Faculdade Anhangüera, de Sorocaba**. A feira recebe alunos de 2º grau de escolas estaduais em busca de informações sobre quais profissões seguir. Na área ambiental, um dos destaques do evento foram os óculos 360º, levando os participantes a uma imersão no Legado das Águas.

Fonte: Relatório anual LA, 2017.

## 4.2.4 Expectativas sociais

Quadro 8 – Expectativas sociais RNV

Expectativas sociais			
	Critério	Evidência	Avaliação
	Critério	Reserva Natural da Vale	Fonte
4.1	Monitoramento do impacto na comunidade		s/r
4.2	Canal de diálogo com a comunidade		s/r
4.3	Harmonia entre os objetivos da empresa e os costumes da comunidade		s/r
4.4	Política de contratação para membros da comunidade local	Utilização de serviços e mão de obra local nos serviços hoteleiros.	4 C
4.5	Zelo pelo ambiente social local	Desenvolvimento de atividades educativas em parceria com instituições de ensino locais e centros metropolitanos próximos, e abertura de um perímetro para uso público.	B
4.6	Comunicação clara e honesta, para a sociedade, sobre as atividades e decisões da empresa		s/r
4.7	Compra de produtos de fornecedores locais	Aquisição de serviços para o aspecto hoteleiro desenvolvido.	4 C
4.8	Contribuição para a infraestrutura local		s/r
4.9	Reconhecimento das decisões que geram desdobramentos negativos para a comunidade	Gestão dos resíduos sólidos, contando com entregas para associações de catadores de material reciclável, empresas ambientais e prefeitura, além da instalação de uma Estação de Tratamento de Esgoto (ETE).	4 B
4.10	Iniciativas para minimizar os impactos negativos da atividade na comunidade		B

Fonte: Autor, 2019.

Fonte: Autora, 2019.

Legenda: D – desempenho ínfimo; C – desempenho razoável; B – desempenho satisfatório; A – desempenho exímio; n/a – não se aplica; s/r – sem resposta. 1 – sites institucionais; 2 – documentos internos; 3 – entrevistas; 4 – relatórios anuais; 5 – consultorias; 6 – stakeholders; 7 – outros.

Quanto à contratação de autóctones (4.4), a RNV atende essa demanda pela contratação de mão de obra para os equipamentos de hotelaria e serviços de lavanderia. Como registrado no relatório de 2018.

Para garantir sua sustentabilidade e cumprir sua missão de conservação ambiental, melhorando a arrecadação financeira, a Reserva Natural Vale oferece serviços de hotelaria e receptivo de eventos para os visitantes. Dessa forma, consegue diminuir os investimentos necessários para sua manutenção, feitos por sua mantenedora (a Vale), ao mesmo tempo que estimula a prosperidade local com uso da mão de obra e oferta de serviços. Referente ao zelo pelo ambiente social local (1.5), a RNV desenvolve atividades com escolas da rede pública local, disponibiliza 1% da área total da reserva para uso público, geralmente com caráter de lazer, e realizar parcerias com instituições

de ensino superior com fins de pesquisa (RELATÓRIO ANUAL RNV, 2018, p. 30).

No tocante às aquisições de fornecedores locais (4.7), a RNV utiliza serviços complementares ao de hotelaria, como lavanderia. Essa informação foi oferecida via telefone, pela gestão da RNV, no mês de outubro de 2019.

Sobre o reconhecimento de decisões que geram desdobramentos negativos (4.9), não foi encontrado registro documental, porém, no relatório de 2018, encontram-se medidas tomadas pela reserva para minimizar os impactos negativos de sua atividade (4.10), sendo eles: gestão de resíduos sólidos, contando com entrega de materiais recicláveis para associações de catadores, e instalação de uma Estação de Tratamento de Esgoto (ETE).

A destinação de todo resíduo produzido pela Reserva é triada e coletada por três empresas parceiras: 14,7% são resíduos recicláveis, coletados pela ASCOMSOOR - Associação de Catadores de Materiais Recicláveis do Município de Sooretama; 62,3% são resíduos orgânicos e não-recicláveis, coletados pela Prefeitura Municipal de Sooretama e; 23% são sucatas ferrosas e eletrônicas, coletadas pela empresa Espírito Santo Ambiental. Sobre o tratamento de efluentes, a RNV deu continuidade à implantação gradual de um novo sistema hidrossanitário, conforme condicionante do licenciamento de regularização do hotel. “Neste ano, foi implantada a primeira parte da obra de instalação da ETE, para atendimento ao hotel e restaurante (RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2018, p. 42).”

Quadro 9 – Expectativas sociais LA

Expectativas sociais				
	Critério	Evidência		Avaliação
	Critério	Legado das Águas	Fonte	
4.11	Monitoramento do impacto na comunidade	Monitoramento de um parâmetro chamado "régua de maturidade" que avalia o nível de gestão das associações. Além disso, um dos indicadores do Programa Valorização da Educação (PVE) é o IDEB.	2; 1	B
4.12	Canal de diálogo com a comunidade	Há uma pessoa responsável exclusivamente por ser a voz da empresa nas comunidades e, concomitantemente, das comunidades na empresa.	5	B
4.13	Harmonia entre os objetivos da empresa e os costumes da comunidade	Sim, o case do Ribeirão da Anta exemplifica bem esse critério, uma vez que a empresa e a comunidade buscam gerar valor por meio da floresta em pé.	1	B
4.14	Política de contratação para membros da comunidade local	Não há		n/a
4.15	Zelo pelo ambiente social local	Preservação do aspecto ambiental e promoção de atividades voltadas para a comunidade com temas relacionados a sustentabilidade, educação e empreendedorismo	1	B
4.16	Comunicação clara e honesta, para a sociedade, sobre as atividades e decisões da empresa	Sim, há um diálogo aberto com o território durante as articulações por meio da representação da consultora de responsabilidade social. Além disso, anualmente é realizado o evento "Diálogos" com foco na comunicação com o território.	3; 7	B
4.17	Compra de produtos de fornecedores locais	Compra de produtos artesanais da comunidade do Ribeirão da Anta, hortifrutis de produtores locais e insumos de fornecedores da região	2; 3	C
4.18	Contribuição para a infraestrutura local	Há o apoio para a estruturação das estradas e infraestrutura das associações locais.	2;3; 7	B
4.19	Reconhecimento das decisões que geram desdobramentos negativos para a comunidade	Sim, há o reconhecimento das decisões que podem gerar impactos negativos para comunidade como, por exemplo, a situação da regularização fundiária da área	2; 3	C
4.20	Iniciativas para minimizar os impactos negativos da atividade na comunidade	Contratação de equipe externa especializada nesse tipo de articulação	2; 3	C

Fonte: Autora, 2019.

Legenda: D – desempenho ínfimo; C – desempenho razoável; B – desempenho satisfatório; A – desempenho exímio; n/a – não se aplica; s/r – sem resposta. 1 – sites institucionais; 2 – documentos internos; 3 – entrevistas; 4 – relatórios anuais; 5 – consultorias; 6 – stakeholders; 7 – outros.

Sobre o monitoramento dos impactos da comunidade (4.11), o LA tem um parâmetro próprio que se chama régua de maturidade, esse parâmetro avalia o nível de gestão das associações locais, além disso, o Programa Valorização da Educação (PVE) possui um indicador voltado para o assunto. Não foi possível averiguar a veracidade das

informações por falta de tempo hábil para esclarecimento de dúvidas entre a autora e a gestão da reserva.

Sobre o canal de comunicação entre reserva e comunidade (4.12), a gestão da reserva afirmou que o LA tem um funcionário para lidar exclusivamente com a questão, realizando uma ponte para diálogo entre o ambiente comunitário e a área de proteção. Devido ao caráter interno desta informação, não foi possível confirmá-la em outras fontes.

Em relação à harmonia entre os objetivos da empresa e os costumes da comunidade (4.13), tem-se dois aspectos a serem observados. Ao mesmo tempo em que *cases* como o do Ribeirão das Antas são bem-sucedidos e beneficiam empresa e moradores, o fato da região ter um baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), impulsiona atividades de caça e captura irregular no território privado. O case é referenciado no site institucional da reserva, como observa-se na Figura 24, que exhibe o início da página destinada ao relato sobre a comunidade cabocla do Ribeirão das Antas.

Figura 24 – Página do *case* do Ribeirão das Antas



Fonte: Site institucional LA, 2019.

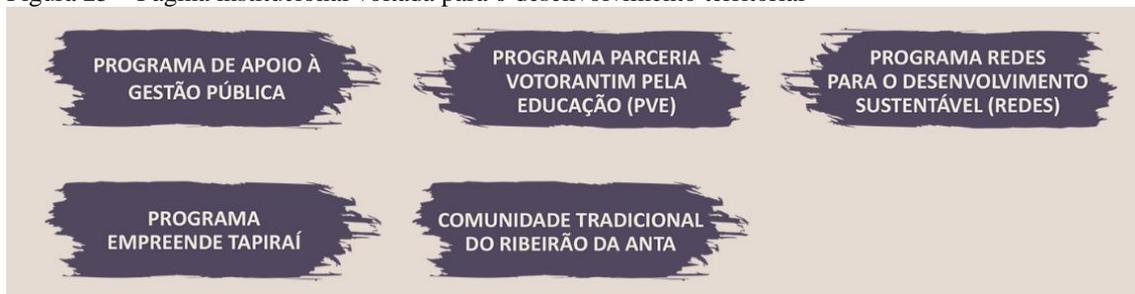
A referência ao baixo IDH está contida no relatório anual de 2017,

O Legado das Águas está localizado em uma região com um dos menores índices de desenvolvimento Humano (IDH) do Estado de São Paulo. Esse fator aliado à falta de consciência ambiental por parte de muitas pessoas faz com que toda a região do Vale do Ribeira, no sul do Estado, tenha um histórico de caça ilegal e ação de palmiteiros (RELATÓRIO ANUAL LA, 2017, p. 33).

O LA expressa seu zelo pela comunidade externa (4.15) através do desenvolvimento de atividades educativas, além de promover temas como sustentabilidade,

empreendedorismo e turismo, como mostra a figura Figura 25Figura 25 – Página institucional voltada para o desenvolvimento territorial.

Figura 25 – Página institucional voltada para o desenvolvimento territorial



Fonte: Site institucional LA, 2019.

No que tange à clareza e honestidade da empresa em comunicar suas ações e decisões para a comunidade (4.16), a figura da consultora de responsabilidade ambiental garante essa comunicação transparente. Ainda assim, uma vez ao ano é feito um evento chamado "Diálogos", onde a comunidade é incentivada a realizar trocas com a gestão da reserva. Essas informações foram recebidas através da colaboração direta da reserva Legado das Águas, não podendo ser conferidas, por se tratar de um documento interno.

Sobre a compra de produtos locais (4.17), o LA afirmou realizar compras de produtos artesanais da comunidade do Ribeirão das Antas, hortifruti e outros insumos. Como essas informações foram obtidas pela colaboração direta da referida reserva na planilha, essa informação não pôde ser checada em outras fontes.

Sobre a contribuição para a infraestrutura local (4.18), o LA apoia a estruturação de estradas rodoviárias e também de associações locais, como colocado pela gestão da reserva.

Sobre o reconhecimento de decisões que geram desdobramentos negativos (4.19), o LA tem se voltado para a situação da regularização fundiária da área de proteção, segundo informações fornecidas pela gestão da reserva.

Quanto às ações para minimizar esses impactos (4.20), o LA contratou uma empresa especializada neste tipo de articulação. Neste aspecto, não houve confirmação dessa ação, por não haverem documentos públicos sobre a mesma.

## 4.2.5 Cidadania

Quadro 10 – Cidadania RNV

Cidadania			
	Critério	Evidência	Avaliação
	Critério	Reserva Natural da Vale	Fonte
5.1	Participação em discussões comunitárias		s/r
5.2	Participação em processos políticos da comunidade		s/r
5.3	Participação em conselhos e/ou colegiados municipais		s/r

F Fonte: Autora, 2019.

Legenda: D – desempenho ínfimo; C – desempenho razoável; B – desempenho satisfatório; A – desempenho exímio; n/a – não se aplica; s/r – sem resposta. 1 – sites institucionais; 2 – documentos internos; 3 – entrevistas; 4 – relatórios anuais; 5 – consultorias; 6 – stakeholders; 7 – outros.

Devido às demandas citadas anteriormente, não pôde ser obtido material para preenchimento do campo “cidadania”, outro fator que inviabilizou o uso deste campo foi a ausência de informações públicas relativas ao papel cidadão da empresa em sua comunidade de inserção.

Quadro 11 – Cidadania LA

Cidadania				
	Critério	Evidência	Avaliação	
	Critério	Legado das Águas	Fonte	
5.4	Participação em discussões comunitárias	Há uma pessoa responsável exclusivamente por ser a voz da empresa nas comunidades e, concomitantemente, das comunidades na empresa.	5	B
5.5	Participação em processos políticos da comunidade	Desenvolvimento de projetos de gestão pública nos 3 municípios circundantes	1	A
5.6	Participação em conselhos e/ou colegiados municipais	Participação no conselho de turismo dos municípios.	3; 7	B

Fonte: Autora, 2019.

Legenda: D – desempenho ínfimo; C – desempenho razoável; B – desempenho satisfatório; A – desempenho exímio; n/a – não se aplica; s/r – sem resposta. 1 – sites institucionais; 2 – documentos internos; 3 – entrevistas; 4 – relatórios anuais; 5 – consultorias; 6 – stakeholders; 7 – outros.

Na análise sobre a participação da reserva em discussões comunitárias (5.4), o LA afirmou haver recursos humanos direcionados exclusivamente para a ponte de comunicação entre empresa e comunidade. Essa informação não pôde ser conferida por outras fontes.

No que diz respeito à participação em processos políticos da comunidade circundante (5.5), nas colaborações da gestão da reserva, foi informado o desenvolvimento de projetos de gestão pública nos municípios de Tapiraí, Miracatu e Juquiá.

Sobre a atuação da reserva nas comunidades, tem-se:

Na primeira, avaliou-se, em cada município, a situação de gestão e visão financeira e fiscal das prefeituras. Em seguida, foi feito um plano de ação para aumento das receitas e diminuição das despesas, bem como para o desenvolvimento de projetos de captação de recursos. Depois, veio a fase de equilíbrio financeiro e fiscal, na qual servidores dos três municípios foram capacitados e acompanhados por uma equipe do Instituto Áquila para auxiliar na implementação do que foi sugerido na primeira etapa. Na fase de ordenamento territorial elaborou-se o Plano Diretor para Tapiraí e, em Juiuí e Miracatu, os planos de saneamento básico (LEGADO DAS ÁGUAS, 2019).

Sobre a participação em conselhos ou colegiados (5.6), houve a afirmação de que existem membros do LA nos conselhos de turismo dos mesmos três municípios citados anteriormente, essa informação não pôde ser conferida devido à falta de tempo hábil para resposta da presidência dos referidos conselhos, mas no relatório de 2017 foi encontrada uma referência ao Plano de Turismo Integrado Regional, “uma das principais ações do programa foi a finalização do Plano de Turismo integrado Regional, envolvendo Juiuí, Miracatu e Tapiraí, feito pela Diagonal, empresa parceira RELATÓRIO ANUAL LA, 2017, p. 38).”

## 4.2.6 Formação

Quadro 12 – Formação RNV

		Formação		
	Critério	Evidência		
	Critério	Reserva Natural da Vale	Fonte	Avaliação
6.1	Incentivo à educação	Estabelecimento de parcerias com pesquisadores de instituições acadêmicas, sede de eventos e cursos relacionados à pesquisa; Oferecimento das instalações da reserva para promoção de cursos de capacitação de institutos.	4	A
6.2	Incentivo à educação inclusiva e de qualidade			s/r
6.3	Incentivo à aprendizagem em todas as idades	Programa de Educação Ambiental.	4	B
6.4	Incentivo à profissionalização			s/r
6.5	Oferecimento de programas de estágio e <i>trainee</i>			s/r
6.6	Oferecimento de atividades educativas com a natureza	Envio de remessas de material orgânico para instituições parceiras, incentivo à pesquisas externas sobre o bioma, programa de Educação Ambiental.	4	A

Fonte: Autora, 2019.

Legenda: D – desempenho ínfimo; C – desempenho razoável; B – desempenho satisfatório; A – desempenho exímio; n/a – não se aplica; s/r – sem resposta. 1 – sites institucionais; 2 – documentos internos; 3 – entrevistas; 4 – relatórios anuais; 5 – consultorias; 6 – stakeholders; 7 – outros.

No tópico sobre incentivo à educação (6.1), a RNV possui diversas políticas internas para estabelecimento de parceira com objetivos educativos e de pesquisa, possuindo protocolo e documentos específicos para esse tipo de uso da reserva, embora a gestão tenha se comprometido a enviar esses documentos, o envio não foi realizado.

E relação à educação inclusiva (6.3), a RNV não tem atividades desenvolvidas, entretanto há o Programa de Educação Ambiental, em que estudantes e professores da rede pública de ensino fundamental de Sooretama participam de palestras, gincanas e dinâmicas sobre temas ligados à biodiversidade, energia, resíduos, água e ar.

Desde 2012, o Programa de Educação Ambiental (PEA) envolve a Rede Municipal de Ensino de Sooretama (ES) com a proposta de sensibilizar as crianças sobre a importância da preservação do meio ambiente, transformando os pequenos em multiplicadores desse conhecimento. Entre os temas abordados estão ar, água, biodiversidade, energia e resíduos, divididos em quatro módulos ao longo do ano. Dentro do PEA são oferecidas palestras, dinâmicas, gincanas e vídeos, que abordaram conceitos e práticas de educação ambiental, ao longo do ano (RELATÓRIO ANUAL RNV, 2017, p. 28).

Relativo ao desenvolvimento de atividade educativas voltadas para a natureza (6.6), a RNV envia coletas de material orgânico para instituições parceiras, como o Sistema de

Informação sobre a Biodiversidade Brasileira (SIBBr), Sistema Global de Informação sobre Biodiversidade (GBIF) e Re flora, para fins de pesquisa,

As espécies catalogadas do herbário CVRD (nome do herbário da RNV nas bases de cadastro) estão disponíveis em cinco plataformas online: SIBBr – Sistema de Informação sobre a Biodiversidade Brasileira, Re flora, INCT – Herbário Virtual das Flores e dos Fungos e no GBIF – Global Biodiversity Information Facility (RELATÓRIO ANUAL RNV, 2017, p. 16).

O Programa de Educação Ambiental também se encaixa neste critério, à medida que são desenvolvidas atividades de estudo do meio e cursos na mata.

Quadro 13 – Formação LA

		Formação		
	Critério	Evidência		Avaliação
	Critério	Votorantim	Fonte	
6.7	Incentivo à educação	Palestras e eventos de educação ambiental e PVE (Programa Valorização pela Educação) durante 4 anos em Juquiá	1	A
6.8	Incentivo à educação inclusiva e de qualidade	PVE (Programa Valorização pela Educação) durante 4 anos em Juquiá	1	B
6.9	Incentivo à aprendizagem em todas as idades	PVE (Programa Valorização pela Educação) durante 4 anos em Juquiá	1	B
6.10	Incentivo à profissionalização	Cursos de empreendedorismos por meio do programa Empreende Tapiraí, capacitações pelo programa ReDes (fomento a cadeias produtivas), capacitação de monitores ambientais em parceria com SENAC e oficinas de treinamento com atores locais durante o Plano de Turismo Integrado Regional.	1	A
6.11	Oferecimento de programas de estágio e <i>trainee</i>	Sim, desde de 2018, há o oferecimento de Programas de Estágio de Férias no Legado das Águas	1; 7	B
6.12	Oferecimento de atividades educativas com a natureza	Sim, atividades de ecoturismo no geral e, principalmente, atividades de estudo do meio e cursos na mata.	1	B

Fonte: Autora, 2019.

Legenda: D – desempenho ínfimo; C – desempenho razoável; B – desempenho satisfatório; A – desempenho exímio; n/a – não se aplica; s/r – sem resposta. 1 – sites institucionais; 2 – documentos internos; 3 – entrevistas; 4 – relatórios anuais; 5 – consultorias; 6 – stakeholders; 7 – outros.

Em relação ao incentivo à educação (2.7), LA promove palestras e eventos voltados para a educação ambiental, além de ter executado atividades do Programa Valorização pela Educação (PVE) no município de Juquiá durante 4 anos,

Seguindo as ações de comemoração dos 100 anos da Votorantim, que elegeu a educação como causa para celebrar este marco e ampliou seus investimentos sociais na área para 100 municípios no Brasil, o Legado das Águas expandiu sua atuação em 2018 no Programa Parceria Votorantim pela Educação de 1 para 4 municípios: Juquiá, São Lourenço da Serra, Tapiraí e

Piedade (que ficou até a finalização do Ciclo 1). O PVE atua para contribuir na qualificação da educação pública, desenvolvendo 4 ciclos anuais presenciais e atividades de interciclo à distância, nas frentes de qualificação de gestores técnicos das Secretarias de Educação, gestores escolares (diretores e coordenadores pedagógicos) e mobilização da sociedade civil para a educação, incluindo diversos atores locais (RELATÓRIO ANUAL LA, 2018, p. 33).

Os critérios sobre educação inclusiva e educação para todas as idades (6.8 e 6.9), são contemplados pelo PVE, realizado em Juquiá, pelo LA. Este programa atuou na capacitação de educadores e gestores, mobilização da comunidade em prol da melhoria da educação pública e incentivo à leitura, como citado acima.

Referente ao incentivo à profissionalização (6.10), o LA promove cursos de empreendedorismo em Tapiraí, aplica programas do Redes (desenvolvido pelo Instituto Votorantim, organização responsável pelo aspecto social das filiais da Votorantim S.A.) (SITE INSTITUCIONAL LA, 2019), realiza capacitação de monitores ambientais em parceria com o SENAC (RELATÓRIO ANUAL LA, 2017, p. 46) e qualificou oficiais de treinamento com os atores-chave locais durante o Plano de Turismo Integrado Regional, “[...] foram realizadas oficinas de capacitação para gestores públicos e representantes dos setores de hospedagem e de alimentação, promovendo maior integração entre o trade turístico (RELATÓRIO ANUAL, 2017, p. 38).

Sobre o oferecimento de vagas de estágio ou trainee (6.11), no LA, desde 2018, são desenvolvidos programas de estágio de férias direcionados a estudantes universitários, como mostra a Figura 26.

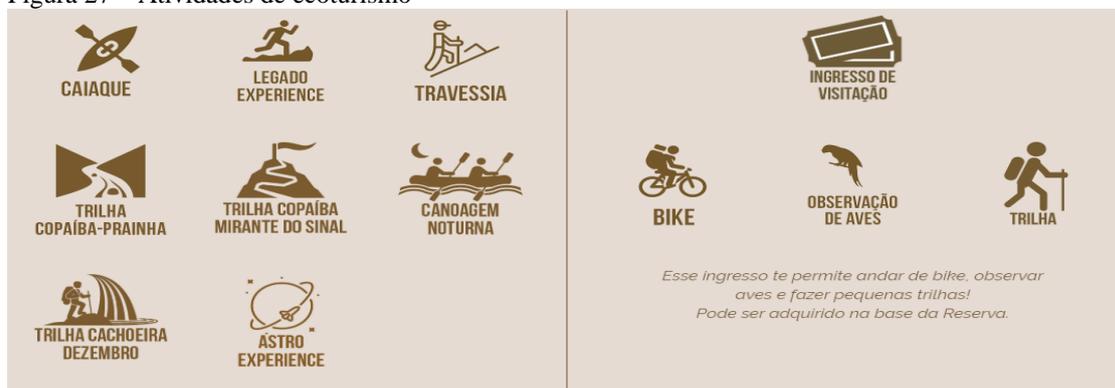
Figura 26 – Divulgação de estágio de férias



Fonte: Site institucional LA, 2019.

Para os gestores, as atividades de ecoturismo também podem ser vistas como atividades de educação sobre meio ambiente (6.12), segundo as colaborações para esta pesquisa.

Figura 27 – Atividades de ecoturismo



Fonte: Site institucional LA, 2019.

## 4.2.7 Lazer

Quadro 14 – Lazer RNV

Lazer			
	Critério	Evidência	Avaliação
	Critério	Reserva Natural da Vale	Fonte
7.1	Fomento a equipamentos culturais		s/r
7.2	Fomento a manifestações culturais locais		s/r
7.3	Fomento a atividades desportivas		s/r
7.4	Oferecimento de atividades de recreação com a natureza	Oferecimento de espaços recreativos para estímulo da relação homem-natureza; observação de pássaros.	4
7.5	Atividade de turismo	Oferecimento de serviço de hospedagem, eventos e utilização pública. Há canal exclusivo de contato da Reserva para agências de turismo.	4

Fonte: Autora, 2019.

Legenda: D – desempenho ínfimo; C – desempenho razoável; B – desempenho satisfatório; A – desempenho exímio; n/a – não se aplica; s/r – sem resposta. 1 – sites institucionais; 2 – documentos internos; 3 – entrevistas; 4 – relatórios anuais; 5 – consultorias; 6 – stakeholders; 7 – outros.

Referente ao oferecimento de atividades de recreação com a natureza (7.5), a RNV oferece atividade de observação de pássaros, como explicitado em relatório. Também há a possibilidade de fazer atividades livres e a entrada é franca,

por sua importância biológica e papel que desempenha na região, a RNV destina 1% de sua área ao uso público, onde promove atividades de educação ambiental que buscam sensibilizar diferentes atores da sociedade para a importância da conservação do planeta. Também oferece espaços recreativos que estimulam a aproximação homem-natureza e tem se destacado como um importante site de observação de aves (birdwatching), atraindo eventos e amantes da atividade em âmbito nacional e internacional (RELATÓRIO ANUAL RNV, 2018, p. 6).

No que tange o critério de atividades de turismo (7.5), a RNV oferta serviços de hospedagem, eventos e atrativos, “além de trilhas e espaço estruturado para eventos, a RNV conta com um hotel com infraestrutura de lazer e alimentação, com capacidade para hospedar 116 pessoas, que podem ficar, tanto na ocasião dos eventos, quanto de forma turística, à lazer (RELATÓRIO DE ATIVIDADES, 2018, p. 27).”

Quadro 15 – Lazer LA

Lazer				
	Critério	Evidência		Avaliação
	Critério	Legado das Águas	Fonte	
7.6	Fomento a equipamentos culturais	Não há		n/a
7.7	Fomento a manifestações culturais locais	Teatro, cinema solar, exposição fotográfica.	7	C
7.8	Fomento a atividades desportivas	O portfólio de produtos eco turísticos abrange caiaque, bike, trilhas e travessias.	1	B
7.9	Oferecimento de atividades de recreação com a natureza	Abertura para visitação e atividades esportivas para público externo, mediante pagamento.	1	B
7.10	Atividade de turismo	Oferecimento de visitação e atividades de ecoturismo, bem como alimentação e hospedagem.	1	A

Fonte: Autora, 2019.

Legenda: D – desempenho ínfimo; C – desempenho razoável; B – desempenho satisfatório; A – desempenho exímio; n/a – não se aplica; s/r – sem resposta. 1 – sites institucionais; 2 – documentos internos; 3 – entrevistas; 4 – relatórios anuais; 5 – consultorias; 6 – stakeholders; 7 – outros.

No critério relacionado ao fomento a manifestações culturais locais (7.7), o LA afirmou manter atividades de teatro, cinema solar e exposições fotográficas. Essas informações não puderam ser conferidas, por terem sido cedidas na colaboração direta da gestão do Legado das Águas com essa pesquisa.

Sobre o fomento a atividades esportivas (7.8), o LA oferece, em carácter de atrativo, atividades de caiaque, ciclismo, trilhas e travessias em água corrente. Essas atividades podem ser conferidas no site institucional do Legado das Águas, como indica o relatório de 2018,

A pouco mais de duas horas de São Paulo, o Legado das Águas vem intensificando seu portfólio de atividades para quem deseja ter uma experiência em meio a esse bioma. Caminhada (trekking) e observação de aves (muitas delas raras) estão entre as opções. Mas não para por aí! Os amantes de mountain bike podem fazer o trajeto Cachoeira da Fumaça - Porto Raso, com 41,6 km de extensão e ganho de elevação de 2.431 metros. A canoagem tem percurso total de 9 km com nível de esforço considerado moderado. “Além de consolidarmos o que já vínhamos oferecendo, em 2018 avançamos bastante no lançamento de novos produtos”, diz William Mendes de Souza, analista de Esportes e Ecoturismo (RELATÓRIO ANUAL LA, 2018, p. 25).

Referente ao oferecimento de atividades de recreação com a natureza (7.9), o LA permite a entrada para atividades livres mediante pagamento, uma vez dentro da reserva, tem-se como opções atividades de ciclismo, caiaque e trilha e travessia em água corrente, como demonstrado no item acima. Além disso, o LA dispõe de hospedagem para os visitantes das atividades pagas, correspondendo ao critério 7.10.

## 4.2.8 Filantropia

Quadro 16 – Filantropia RNV

Filantropia				
	Critério	Evidência		Avaliação
	Critério	Reserva Natural da Vale	Fonte	
8.1	Participação voluntária de funcionários em atividades em prol da comunidade	s/r		s/r
8.2	Doação para a comunidade em datas festivas (pascoa, dia das crianças, natal...)	Doação de mudas para passantes ou visitantes, em determinadas datas.	4	D
8.3	Investimento periódico em projetos e/ou ações de assistência social	s/r		s/r

Fonte: Autora, 2019.

Legenda: D – desempenho ínfimo; C – desempenho razoável; B – desempenho satisfatório; A – desempenho exímio; n/a – não se aplica; s/r – sem resposta. 1 – sites institucionais; 2 – documentos internos; 3 – entrevistas; 4 – relatórios anuais; 5 – consultorias; 6 – stakeholders; 7 – outros.

No critério sobre doações (8.2), a RNV distribui muda de plantas para passantes ou visitantes da reserva, essas ações ocorrem em atividades de sensibilização e/ou em datas especiais relacionadas ao meio ambiente, como cita o relatório,

a RNV mantém parcerias com projetos de restauração florestal no entorno de sua área, para onde destina parte da produção de mudas. As mudas podem ser adquiridas por doação ou por compra. Neste ano, o viveiro expediu cerca de 66 mil mudas, sendo quase 80% destinadas a vendas, principalmente para produtores rurais da região, e 20% a doações. Os recursos advindos da venda de mudas ajudam a manter a estrutura de viveiros e a manutenção da própria Reserva (RELATÓRIO ANUAL RNV, 2018, p. 25).

Quadro 17 – Filantropia LA

Filantropia				
	Critério	Evidência		Avaliação
	Critério	Legado das Águas	Fonte	
8.4	Participação voluntária de funcionários em atividades em prol da comunidade	Participação anual da empresa no desafio voluntário.	1	C
8.5	Doação para a comunidade em datas festivas (pascoa, dia das crianças, natal...)	Não há		n/a
8.6	Investimento periódico em projetos e/ou ações de assistência social	Não há		n/a

Fonte: Autora, 2019.

Legenda: D – desempenho ínfimo; C – desempenho razoável; B – desempenho satisfatório; A – desempenho exímio; n/a – não se aplica; s/r – sem resposta. 1 – sites institucionais; 2 – documentos internos; 3 – entrevistas; 4 – relatórios anuais; 5 – consultorias; 6 – stakeholders; 7 – outros.

Em relação ao critério 8.4, funcionários do LA participam anualmente do desafio voluntário, uma iniciativa da empresa matriz Votorantim, onde os funcionários propõem, gerem e executam atividades sociais voluntariamente, como descrito no site, “o Desafio Voluntário é uma competição saudável entre empregados e terceiros de todas

as empresas da Votorantim. Os participantes se organizam em equipes e selecionam organizações sociais ou escolas para realizar atividades de cunho social (INSTITUTO VOTORANTIM, 2019).

## Considerações finais

Considerando o desenvolvimento da RSC na segunda metade do século XX, e a forma como o tema tem sido abordado nos últimos anos, esse trabalho buscou discutir as ações e programas desenvolvidos nesse âmbito por parte de ativos ambientais de duas grandes empresas. A revisão bibliográfica apontou métodos já existentes para essa tarefa, além de ter sido elaborado pela autora critérios para buscar compreender se as atividades desenvolvidas pelas reservas realmente configuram atividade de responsabilidade social.

O método proposto mostrou-se funcional, na medida em que todos os critérios estabelecidos puderam ser avaliados, salvo casos especiais onde houve falhas de comunicação. As literaturas ofereceram um viés mais filantrópico e social para este método, enquanto os sistemas de avaliação nacionais tiveram uma função mais voltada para a regulamentação e gestão interna. O SNUC, especialmente, contemplou a regulamentação e regimento ambiental, sem os quais as reservas não poderiam cumprir sua principal função: proteção ambiental.

O Quadro 18 resume as avaliações feitas em relação a cada critério de ambas as reservas, e é seguido da comparação descritiva dos pontos divergentes entre essas.

Quadro 18 – Avaliação de RSC

	<b>Crítérios</b>	<b>RNV</b>	<b>LA</b>
<i>Accountability</i>			
1.1	Transparência	B	B
1.2	Sistema de governança participativo e inovador	s/r	s/r
1.3	Respeito em relação ao dever com o <i>stakeholders</i>	s/r	C
1.4	Cumprimento de normas legislativas nos âmbitos: federal; estadual; regional; municipal.	s/r	A
1.5	Não há transgressão as diretrizes dos Direitos Humanos	B	B
1.6	Zelo pelo ambiente econômico de onde se insere	s/r	A
1.7	Integração da unidade de conservação com as demais unidades e espaços territoriais especialmente protegidos e com o seu entorno	A	B
1.8	Esforço para compatibilizar os interesses dos diversos segmentos sociais relacionados com a unidade	s/r	A
<i>Gestão interna</i>			
2.1	Um conselho instituído	s/r	D

	<b>Crítérios</b>	<b>RNV</b>	<b>LA</b>
2.1	Conselho com participação de membros da: academia; turismo; órgãos ambientais...	s/r	D
2.3	Regimento interno e ele é cumprido	s/r	B
2.4	No regimento está previsto o investimento na comunidade	B	B
2.5	No regimento interno a comunidade é citada como um elemento relevante	s/r	B
2.6	Utilização de políticas baseadas em pesquisa e monitoramento	B	A
2.7	As ações de responsabilidade social desempenhadas são ferramentas para a empresa matriz aumentar seu valor social	s/r	B
Preservação ambiental			
3.1	Sistemas de proteção da biodiversidade	A	A
3.2	Sistemas de recuperação de ecossistemas degradados	A	n/a
3.3	Uso sustentável dos ecossistemas terrestres	A	A
3.4	A promoção da utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento	A	A
3.5	Plano de manejo	A	A
3.6	Inclusão da zona de amortecimento no plano de manejo	A	A
3.7	Sistema ou atividade de monitoramento ambiental	A	A
3.8	Valorização econômica da diversidade biológica	A	A
3.9	Valorização social da diversidade biológica	A	B
3.10	Apoio da comunidade para o desenvolvimento sustentável	s/r	B
Expectativas sociais			
4.1	Monitoramento do impacto na comunidade	s/r	B
4.2	Canal de diálogo com a comunidade	s/r	B
4.3	Harmonia entre os objetivos da empresa e os costumes da comunidade	s/r	B
4.4	Política de contratação para membros da comunidade local	C	n/a
4.5	Zelo pelo ambiente social local	B	B
4.6	Comunicação clara e honesta, para a sociedade, sobre as atividades e decisões da empresa	s/r	B
4.7	Compra de produtos de fornecedores locais	C	C
4.8	Contribuição para a infraestrutura local	s/r	B
4.9	Reconhecimento das decisões que geram desdobramentos negativos para a comunidade	B	C
4.10	Iniciativas para minimizar os impactos negativos da atividade na comunidade	B	C
Cidadania			
5.1	Participação em discussões comunitárias	s/r	B
5.2	Participação em processos políticos da comunidade	s/r	A
5.3	Participação em conselhos e/ou colegiados municipais	s/r	B
Formação			
6.1	Incentivo a educação	A	A

	<b>Crítérios</b>	<b>RNV</b>	<b>LA</b>
6.2	Incentivo a educação inclusiva e de qualidade	s/r	B
6.3	Incentivo à aprendizagem em todas as idades	B	B
6.4	Incentivo à profissionalização	s/r	A
6.5	Oferecimento de programas de estágio e trainee	s/r	B
6.6	Oferecimento de atividades educativas com a natureza	A	B
Lazer			
7.1	Fomento a equipamentos culturais	s/r	n/a
7.2	Fomento a atividades artísticas	s/r	C
7.3	Fomento a manifestações culturais locais	s/r	C
7.4	Fomento a atividades desportivas	s/r	B
7.5	Oferecimento de atividades de recreação com a natureza	B	B
7.6	Atividade de turismo	B	A
Filantropia			
8.1	Participação voluntária de funcionários em atividades em prol da comunidade	s/r	C
8.2	Doação para a comunidade em datas festivas (pascoa, dia das crianças, natal...)	D	n/a
8.3	Investimento periódico em projetos e/ou ações de assistência social	s/r	n/a

Fonte: Autora, 2019.

Legenda: D – desempenho ínfimo; C – desempenho razoável; B – desempenho satisfatório; A – desempenho exímio; n/a – não se aplica; s/r – sem resposta.

Quanto ao desempenho das empresas, no campo *accountability*, as reservas apresentaram performances satisfatórias e exímias, exceto pelos critérios que não foram preenchidos. A uma diferença entre as avaliações no critério 1.7, essa diferença justifica-se pela RNV formar uma rede que abrange, além de outra grande área de preservação cuja tutela pertence ao poder público, propriedades privadas relativamente menores. Suas ações de proteção se estendem para elas e não se exige um termo de uso para qualquer atividade dentro dessas. Por outro lado, tem-se o LA, que faz parceria com uma área de preservação pública, essa parceria firmou-se através de um termo de uso, que permite que o LA desenvolva atividades de pesquisa e de ecoturismo na área.

Em relação ao campo gestão interna, as reservas apresentaram desempenhos satisfatório, ínfimo e exímio, ressaltando a diferença de avaliação no critério 2.6, onde o LA evidencia em seus relatórios e sites institucionais o compromisso com a pesquisa e tomada de decisões em função desta. Embora a RNV seja disponível e aberta para a atividade de pesquisa, seus relatórios mostram mais conteúdos sobre a divulgação e

intercambio de resultados de pesquisa do que, efetivamente, tomada de decisões baseadas em tais resultados.

Sobre o campo proteção ambiental, as reservas apresentaram avaliações exímias e satisfatórias, observando o critério 3.9. Neste critério, a RNV afirma em seus relatórios a inclusão frequente de escolas da rede pública nas visitas à reserva, a existência de um espaço expositivo no centro de visitantes e a entrada franca em sua propriedade. O LA, por sua vez, também realiza parcerias com escolas da rede pública local, porém a entrada é paga e não se divulga e/ou pratica tarifa especial para moradores terem acesso às suas atividades de ecoturismo.

Relacionado ao campo expectativas sociais, as avaliações foram razoáveis e satisfatórias, embora os critérios 4.9 e 4.10 tivessem disparidades em suas avaliações. Essa diferença ocorreu porque a RNV evidencia e detalha em relatórios suas ações para minimização de impactos negativos que suas atividades causam à comunidade local, entretanto, o LA afirmou, em suas colaborações diretas, que há um problema latifundiário e que uma consultoria especializada foi contratada para solucionar a situação.

No campo formação, as reservas obtiveram avaliações satisfatórias e exímias, havendo diferenças avaliativas apenas no critério 6.6, justificado pela diferença entre as várias atividades ligadas a educação desenvolvidas, e detalhas em relatório, pela RNV, em contra partida, o LA frequentemente referencia-se ao Programa Votorantim pela Educação, que já se encerrou.

Sobre o campo cidadania, a RNV não disponibiliza de forma pública suas medidas e ações cidadãs, impossibilitando a avaliação sobre as mesmas. Sobre o LA, nas contribuições diretas foi informada a designação de um funcionário para estabelecer e manter contato com a comunidade, além de fazer parte de colegiados e discussões comunitárias.

No que tange o campo lazer, as reservas tiveram desempenhos razoáveis, satisfatórios e exímios, encontrando-se apenas no critério 7.6 uma diferença entre as avaliações. A RNV, embora ofereça acesso livre e gratuito, hospedagem, centro de visitantes e atividade de observação de pássaros, o LA desenvolve atividades de ecoturismo e

turismo de aventura de forma estruturada, paga, sustentável e frequente, divulgando seus atrativos e administrando suas mídias digitais de forma atrativa e funcional.

No que diz respeito ao campo filantropia, no critério 8.1 o LA apresenta desempenho razoável, na medida em que seus funcionários participam de atividades voluntárias propostas em uma ação do Instituto Votorantim. Enquanto no critério 8.2, a RNV foi avaliada com desempenho ínfimo, pela sua ação não contemplar, efetivamente, um caráter de assistência social.

Nota-se do preenchimento dos formulários que o tipo de informação avaliada não é de fácil obtenção, sendo que muitas delas não constam nos relatórios anuais e/ou *sites* das empresas e das reservas, tendo sido necessário contato direto com colaboradores das empresas. Esse fato tornou o tempo de resposta elevado, devido à necessidade de as empresas levantarem os dados internamente e verificarem, com instâncias superiores, se estavam ou não autorizados a compartilhar essas informações com a autora.

Cabe ressaltar a importância das pesquisas em RSC para os estudos no âmbito turístico, uma vez que, embora não seja uma pesquisa puramente de turismo, ela abrange temas como lazer, hospitalidade, gestão da comunidade local, gestão do território, apropriação territorial, políticas públicas e parcerias público-privadas (PPP). Esta pesquisa em especial, além de contemplar os temas citados, ela também perpassa as funções de ambas as reservas enquanto atrativos turísticos, meio de hospedagem e ofertante de alimentos e bebidas, atividades essas inerentes ao fenômeno turístico.

Neste sentido, esta pesquisa também tem seu caráter inédito, na medida em que o tema de responsabilidade social corporativa é pouco trabalhado de forma direta nos cursos de graduação da área. Por exemplo, no Curso de Turismo da ECA – USP, o tema de RSC é trabalhado brevemente em Agências de Turismo, apenas uma das 43 disciplinas que compõe a grade obrigatória do curso. Com uma porcentagem parecida, na Universidade Paulista (UNIP) o Curso de Turismo conta com 47 disciplinas obrigatórias, das quais cerca de 3 trabalham assuntos que podem tangenciar o assunto da RSC.

Tendo em vista as considerações apresentadas, sugere-se para trabalhos futuros uma lista de temas que dariam continuidade a essa pesquisa:

- reaplicar o questionário com as mesmas instituições após alguns anos e avaliar as mudanças observadas;
- repetir o questionário com outras instituições, a fim de se aumentar a base de dados do sistema de avaliação e amadurecer os critérios;
- criar uma metodologia, junto a empresas, para que as informações abordadas pelas tabelas de avaliação de RSC sejam gerenciadas constantemente pelas empresas, o que pode contribuir para que as ações de responsabilidade social sejam mais transparentes para a comunidade, investidores e outros.

As limitações desta pesquisa devem-se às lacunas de comunicação, demora pelo *feedback*, falta de esclarecimento de dúvidas e ao viés das principais fontes de informação, que foram as colaborações diretas do LA com o preenchimento da planilha, relatórios anuais e sites institucionais.

## Referências

((0)) ECO. **O que são unidades de conservação**. 2013. Disponível em: <<https://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/27099-o-que-sao-unidades-de-conservacao/>> Acesso em: 25 de abril de 2019.

\_\_\_\_\_. Instituto Votorantim. Instituto Votorantim, 2019. Disponível em: <<http://www.institutovotorantim.org.br/>>, Acesso em: 08 de agosto de 2019.

\_\_\_\_\_. Legado das Águas. Site institucional LA, 2019. Disponível em: <<https://legadodasaguas.com.br/relatorios/>> Acesso em: 02 de novembro de 2019.

\_\_\_\_\_. Reserva Natural da Vale. Site institucional RNV, 2019. Disponível em: <<http://www.vale.com/brasil/PT/initiatives/environmental-social/natural-reserve/Paginas/default.aspx>> Acesso em: 02 de novembro de 2019.

ABERJE. **Novo Documentário sobre reserva natural mostra trabalho das equipes à caça e a incêndios**. São Paulo, 2018. Disponível em: <<http://www.aberje.com.br/novo-documentario-sobre-reserva-natural-vale-mostra-trabalho-das-equipes-de-combate-a-caca-e-a-incendios/>> Acesso em: 02 de outubro de 2019.

ASHLEY, Patrícia. QUEIROZ, A.; CARDOSO, A.; SOUZA, A.; TEODÓSIO, A.; BORINELLE, B.; VENTURA, E.; CHAVES, J.; VELOSO, L.; ALIGLERI, L.; LIMA, P.; FERREIRA, R. (2003) **Ética e responsabilidade social nos negócios**. Rio de Janeiro: Editora Saraiva. **Ética e responsabilidade social nos negócios**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 16.001 – Responsabilidade social – Sistema da gestão**. Rio de Janeiro, 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR ISO 26.000 – Diretrizes de responsabilidade social**. Genebra, 2010.

BBC. **A plantação de algodão que fez Mar de Aral virar deserto**. Uzbequistão, 2015. Disponível em:

<[https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/02/150226\\_mar\\_aral\\_gch\\_lab](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/02/150226_mar_aral_gch_lab)>

Acesso em: 22 de setembro de 2019.

BORELLI, Elizabeth. **Sustentabilidade e riscos ambientais na indústria química.**

São Paulo: PUC, 2011. Disponível em:

<[http://www4.pucsp.br/eitt/downloads/ix\\_ciclo/IX\\_Ciclo\\_2011\\_Artigo\\_Elizabeth\\_Borelli.pdf](http://www4.pucsp.br/eitt/downloads/ix_ciclo/IX_Ciclo_2011_Artigo_Elizabeth_Borelli.pdf)> Acesso em: 05 de outubro de 2019.

BRASIL. **Decreto 4.340, de 22 de agosto de 2002.** Brasília, 2000. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/D4340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4340.htm)> Acesso em: 25 de abril de 2019.

BRASIL. **Lei 9.985 de 18 de julho de 2000.** Brasília, 2000. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm)> Acesso em: 25 de abril de 2019.

CANASSA, Davi. **Emissões evitadas de carbono do Legado da Águas/Votorantim somam U\$ 14 milhões.** CEBDS, 2017. Disponível em:

<<https://cebds.org/blog/emissoes-evitadas-de-carbono-do-legado-das-aguas-somam-14-milhoes/#.XMEwuhKjIU>> Acesso em: 25 de abril de 2019.

CANASSA, David. **Reservas Votorantim.** 2018. <<http://viex-americas.com/2016/wp-content/uploads/2018/06/David-Canassa-Reservas-Votorantim.pdf>> Acesso em: 07 de

abril de 2019.

CARDOSO, Fátima. **A sustentabilidade de uma reserva.** Legado das Águas, 2014.

Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=MVWIDQAAQBAJ&pg=PT44&lpg=PT44&dq=primeiro+protocolo+de+inten%C3%A7%C3%B5es+reservas+votorantim+e+governo+do+estado&source=bl&ots=ZnlL86shJK&sig=ACfU3U0rCWwyQ69pyP2Rt5ccbG-I41qQoQ&hl=ptBR&sa=X&ved=2ahUKEwie97mAubfiAhVcCrkGHajIAVE4ChDoATAFegQICRAB#v=onepage&q=primeiro%20protocolo%20de%20inten%C3%A7%C3%B5es%20reservas%20votorantim%20e%20governo%20do%20estado&f=false>> Acesso em: 26 de maio de 2019.

CHAGAS, Inara. **Barragem de rejeitos e os casos Mariana e Brumadinho.** Politize,

2019. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/barragem-de-rejeitos/>> Acesso em: 08 de dezembro de 2019.

CUNHA, Luísa. **Modelos Rasch e escalas de Likert e Thurstone na medição de atitudes.** Lisboa, Universidade de Lisboa, 2007. Disponível em: <[http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/14174/1/2013\\_JoaoVitorCamposSouza.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/14174/1/2013_JoaoVitorCamposSouza.pdf)> Acesso em: 01 de maio de 2019.

ENVIRONMENT & SOCIETY. **The great smog of London.** Monique, \_\_\_\_\_. Disponível em <<http://www.environmentandsociety.org/>>. Acesso em: 22 de setembro de 2019.

ETHOS. **Sobre o Instituto.** Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, 2016. <<https://www.ethos.org.br/conteudo/sobre-o-instituto/#.XU11f-hKjIU>> Acesso em: 20 de agosto 2019.

FGV. **Criação da Companhia Vale do Rio Doce.** FGV, 2017. <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos3745/EstadoEconomia/CVD>> Acesso em: 20 de agosto de 2019.

GOVERNO DO BRASIL. **Entenda como funciona o mercado de crédito de carbono.** 2012. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/noticias/meio-ambiente/2012/04/entenda-como-funciona-o-mercado-de-credito-de-carbono>> Acesso em: 25 de abril de 2019.

INMETRO. **A Norma Nacional – ABNT NBR 16001.** INMETRO, \_\_\_\_\_. <[http://inmetro.gov.br/qualidade/responsabilidade\\_social/norma\\_nacional.asp](http://inmetro.gov.br/qualidade/responsabilidade_social/norma_nacional.asp)> Acesso em: 20 de agosto de 2019.

INMETRO. **Programa Brasileiro de Certificação em Responsabilidade Social.** INMETRO, \_\_\_\_\_. <[http://www.inmetro.gov.br/qualidade/responsabilidade\\_social/programa\\_certificacao.asp](http://www.inmetro.gov.br/qualidade/responsabilidade_social/programa_certificacao.asp)> Acesso em: 20 de agosto de 2019.

INSTITUTO ETHOS. **Indicadores Ethos para negócios sustentáveis e responsáveis – ciclo 2018/2019.** São Paulo: Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, 2017.

IUNC. **Sobre.** União Internacional para Conservação da Natureza, 2019. Disponível em: <<https://www.iucn.org/about>> Acesso em: 01 de maio de 2019.

KIERULFF, Maria. AVELAR, Luiza. FERREIRA, Márcio. POVOA, Karina. BÉRNILS, Renato. **Reserva Natural da Vale – História e aspectos físicos**. São Mateus: Ciência & Ambiente 49, 2016.

KREITLON, Maria. **A ética nas relações entre empresas e sociedade: fundamentos teóricos da responsabilidade social empresarial**. Curitiba: 28º ENANPAD, 2004. Disponível em: < <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/enanpad2004-gsa-2651.pdf> > Acesso em: 09 de junho de 2019.

LEGADO DAS ÁGUAS. **O Legado**. Site institucional, 2018. Disponível em: <<https://legadodasaguas.com.br/o-legado/>> Acesso em: 06 de abril de 2019.

LEGADO DAS ÁGUAS. **Relatório 2017**. Reservas Votorantim: 2017.

LEGADO DAS ÁGUAS. **Relatório 2018**. Reservas Votorantim: 2018.

LEGADO DAS ÁGUAS. **Relatório 2018**. São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://legadodasaguas.com.br/legado/wp-content/uploads/2019/04/legado2018br.pdf>> Acesso em: 07 de abril de 2019.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Sistema Nacional de Unidades Conservação – SNUC**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao/sistema-nacional-de-ucs-snuc.html>> Acesso em: 25 de abril de 2019.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas**. Brasília, MMA, 2011. <[file:///C:/Users/asus/Downloads/livro\\_snuc\\_pnap.pdf](file:///C:/Users/asus/Downloads/livro_snuc_pnap.pdf)> Acesso em: 20 de agosto de 2019.

OLIVEIRA, Tânia. **Escalas e mensuração de atitudes: Thurstone, Osgood, Stapel, Likert, Guttman, Alpert**. São Paulo, FECAP, 2001. Disponível em: <[https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/veludo\\_-\\_escalas\\_de\\_mensuracao\\_de\\_atitudes\\_thurstone\\_osgood\\_stapel\\_likert\\_guttman\\_alpert.pdf](https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/veludo_-_escalas_de_mensuracao_de_atitudes_thurstone_osgood_stapel_likert_guttman_alpert.pdf)> Acesso em: 18 de maio de 2019.

ONU. **Conheça os novos 17 objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU**. Nações Unidas Brasil, 2017. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/conheca-os>>

novos-17-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-da-onu/> Acesso em: 26 de maio de 2019.

RESERVA NATURAL DA VALE. **Relatório de atividades 2018**. Vale, Linhares: 2018.

RESERVA NATURAL DA VALE. **Relatório de atividades 2017**. Vale, Linhares: 2017.

RESERVAS VOTORANTIM. **Legado das Águas**. Disponível em: <<https://legadodasaguas.com.br/>>. Acesso em: 20 de novembro de 2019.

SANTOS, Valdir. **Vale S.A. e IAVALE assinam termo de reciprocidade**. ICMBio, 2015. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/rebiosooretama/destaques/34-reserva-biologica-de-sooretama-e-cia-vale-renovam-termo-de-reciprocidade.html>> Acesso em: 09 de junho de 2019.

SÃO PAULO. **Termo de autorização de uso para realização de atividades turísticas no Parque Estadual do Jurupará**. Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo: São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://legadodasaguas.com.br/legado/wp-content/uploads/2019/09/termo-de-autorizacao-de-uso-tau-peju.pdf>> Acesso em: 20 de novembro de 2019.

SENADO NOTÍCIAS. **Regulamentação do mercado de créditos de carbono é debatida em audiência**. Brasília, Senado Federal, 2007. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2007/09/17/regulamentacao-do-mercado-de-creditos-de-carbono-e-debatida-em-audiencia>> Acesso em: 25 de abril de 2019.

SENGE.CE. **Economia florestal: como funciona e qual o potencial do mercado de compensação ambiental no Brasil**. 2018. Disponível em: <<https://sengece.org.br/economia-florestal-como-funciona-e-qual-o-potencial-do-mercado-de-compensacao-ambiental-no-brasil/>> Acesso em: 25 de abril de 2019.

SOUZA, João. Congressos Mundiais de Parques Nacionais da UICN (1962-2003): registro e reflexões sobre o surgimento de um novo paradigma para a conservação da

natureza. Brasília, Universidade de Brasília, 2003. Disponível em: <[http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/1229/1/18914\\_ULFC072532\\_TM.pdf](http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/1229/1/18914_ULFC072532_TM.pdf)> Acesso em: 18 de maio de 2019.

SUSTAINABLE CARBON. **O que é e como são gerados os créditos de carbono?** 2015. Disponível em: <<http://www.sustainablecarbon.com/como-sao-gerados/>> Acesso em: 25 de abril de 2019.

UNESCO. **Principais características das Reservas da Biosfera.** UNESCO, 2017. <<http://www.unesco.org/new/en/naturalsciences/environment/ecologicalsciences/biosphere-reserves/main-characteristics/>>. Acesso em 20 de agosto de 2019.

UNESCO. **World Network of Biosphere Reserves (WNBR).** Paris, 2017. Disponível em <<https://www.eea.europa.eu/pt/sinais-da-aea/sinais-2013/artigos/o-ar-da-europa-no-presente>>. Acesso em: 22 de setembro de 2019.

VALE. **Reserva Natural da Vale.** Disponível em: < [http://www.vale.com/brasil/PT/initiatives/environmental-social/natural\\_reserve/Paginas/default.aspx](http://www.vale.com/brasil/PT/initiatives/environmental-social/natural_reserve/Paginas/default.aspx)>. Acesso em: 20 de novembro de 2019.

VOTORANTIM. **Sobre a Votorantim.** Site institucional, 2018. Disponível em: <<http://www.votorantim.com/votorantim>>. Acesso em: 06 de abril de 2019.